

Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe - algumas reflexões

Ana Maria Brito

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto*

Abstract

In this talk I discuss the interface Lexicon-Syntax from three questions: the nature of lexical meaning that is relevant to the projection of argument structure of verb predicates in Syntax; idioms and word formation. After the critical presentation of different frameworks and theoretical approaches on these three issues, I will analyze deverbal nominalizations from a syntactic point of view, adopting the model of Alexiadou (2001) and Alexiadou et al. (2011). Although adopting the perspective of Distributed Morphology as for the formation of deverbal nominalizations, I also point several weaknesses of this model as for idioms and word formation.

Keywords: Lexicon, Syntax, argument structure, theta-roles, event structure, conceptual structures, idioms, deverbal nominalizations.

Palavras-chave: Léxico, Sintaxe, estrutura argumental, relações temáticas, estrutura de evento, estruturas conceptuais, expressões idiomáticas, nominalizações deverbais.

“The existence of a syntactic component of grammar, encoding hierarchical structural relations, does not seem to be in any doubt within the field of generative grammar. However, questions arise as to the nature of the relational and transformational mechanisms involved (if any), and how far they should extend into domains like morphology and the lexicon.” (Ramchand & Reiss 2007: 5)

“La sintaxis toma como unidad mínima de análisis la palabra (...) [pero] determinadas nociones gramaticales (...) se pueden expresar mediante morfemas, es decir, mediante unidades inferiores a la palabra. Este tipo de consideraciones justifica que algunas teorías defendan la necesidad de que

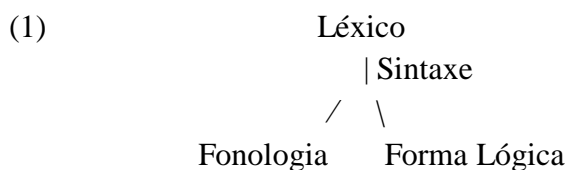
Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2012, pp. 1-44, ISBN 978-989-97440-1-1.

* Enquanto membro do CLUP, esta investigação foi apoiada por FEDER / POCTI U0022/2003.

la sintaxis se interne a veces en el território tradicional de la morfología.”
(Bosque & Gutiérrez-Rexach 2009: 12).

1. Introdução

Nesta conferência tomarei como ponto de partida a divisão e o funcionamento da gramática esquematicamente apresentados em (1), o chamado modelo em Y, proposto praticamente desde Chomsky (1981), segundo o qual há uma interface Léxico-Sintaxe: o Léxico, o reservatório das entradas lexicais, sejam elas palavras simples ou complexas, por derivação ou composição, assim como expressões idiomáticas, fornece à Sintaxe o *input* para as regras de combinação e de movimento, concebendo-se, portanto, a Sintaxe como a componente central da gramática, como o sistema computacional que permite gerar construções bem formadas.¹



De acordo com a conceção subjacente a (1) a frase é o limite da Sintaxe, enquanto a palavra é o limite da Morfologia, a componente que descreve e explica a formação de palavras complexas contidas no Léxico de determinadas línguas.

Dada esta forma de gramática, três problemáticas, pelo menos, permitem discutir a relação entre Léxico e Sintaxe: a primeira, relativa ao tipo de informação lexical dos predicados que deverá ser relevante para a Sintaxe; a segunda, relacionada com as expressões idiomáticas; e a terceira, a formação de palavras.

Nesta conferência tentarei abordar estas três questões, destacando, no que diz respeito à formação de palavras, somente um tipo de derivação exocêntrica, as nominalizações deverbais derivadas de verbos transitivos com o sufixo *-ção*.

2. Que informações lexicais dos predicadores são relevantes para a Sintaxe?

2.1. A estrutura é dependente do significado?

Os gramáticos da tradição clássica e, em geral, os linguistas funcionalistas sempre consideraram que a forma das construções (a Sintaxe) é dependente do significado das palavras que as compõem.

¹ No Programa Minimalista propõe-se um modelo semelhante, em que a gramática formada por Léxico e Sintaxe “alimenta” dois sistemas de interface: o sistema articulatório-perceptual e o sistema conceptual-intencional.

Na tradição clássica não havia propriamente meios de estabelecer essa relação forma-significado a não ser através das noções ambíguas e por vezes mal definidas de funções sintáticas, em que se misturavam critérios formais – a posição -, dependências semânticas e lexicais – veja-se a noção de complemento - e noções discursivas e informacionais, como a de tópico, por exemplo.

Para dar algum lugar a noções relacionais de carácter semântico, surgiram em vários países europeus nos anos 50 e 60 do século XX vários modelos de gramáticas de dependências e de valências.

Contrastando com estes, no modelo desenvolvido por Chomsky em 1957, concebia-se uma total separação entre forma e significado; de facto, Chomsky considerava que frases como *Colorless green ideas sleep furiously* eram sintaticamente bem formadas, embora semanticamente anómalas e por isso concebia a Sintaxe como independente do significado lexical das palavras que compunham as construções.

Contudo, essa visão foi alterada a partir dos meados dos anos 70, sobretudo a partir de Grimshaw (1979) e Pesetzky (1982), surgindo no quadro da Gramática Generativa propostas a favor da dependência entre o significado dos itens lexicais e a forma das construções em que elas surgem. Uma das razões invocadas para existir uma correlação entre significado e estrutura é a rapidez da aquisição da linguagem: com efeito, as crianças não adquirem as estruturas sintáticas numa base item lexical-item lexical, mas, pelo contrário, deverão fazer generalizações a partir de uma correlação regular Léxico-estrutura.²

Mas se há algum consenso quanto a esta correlação, a natureza da interface entre Léxico e Sintaxe tem levado a inúmeras perguntas. É o significado lexical de cada item que determina a projecção desse item na estrutura sintática? São sobretudo os predicados ou predicadores a determinarem essa projecção? E, nesse caso, será a estrutura temática, a estrutura eventiva ou a estrutura lexical conceptual associada a cada predicador?

Por uma questão metodológica, discutirei estas questões na parte 2.2 em relação a algumas classes de verbos e na parte 5. em relação a certas nominalizações deverbais.

2.2. Estrutura temática, estrutura de evento ou estruturas lexicais conceptuais?

Tomemos como ponto de partida o conhecido exemplo de alternância entre a construção causativa / transitiva e a construção anti-causativa / inacusativa:

- (2) O calor derreteu o gelado.
- (3) O gelado derreteu.

² Cf. Arad (1996:1).

Nos exemplos (2) e (3) alteram-se as funções sintáticas, em (3) desaparece o objeto direto e a expressão nominal *o gelado* passa a ser sujeito, mas mantém-se a interpretação de objeto semântico, de paciente do evento denotado pelo verbo *derreter*. Em (2) a causa está presente; em (3) ela é anulada.

Para dar conta desta alternância, não basta ter um quadro que contemple apenas as funções sintáticas e precisamos de uma descrição que dê importância à estrutura argumental do predicado verbal *derreter*, à interpretação dos argumentos e que descreva o fenómeno de redução de um argumento causa.

Assim, durante décadas pareceu consensual que uma das propriedades lexicais mais relevantes, nomeadamente dos itens que têm propriedades predicativas, é a sua estrutura argumental, isto é, o número de argumentos, lugares vazios ou valência própria a que estão associados, e a respetiva relação semântica, o papel temático (“theta role”) que os argumentos mantêm com o verbo.

A partir dos anos 60 do século XX, muitos desenvolvimentos da Sintaxe e em particular da chamada Teoria da Regência e da Ligação (Chomsky 1981) propuseram uma lista maior ou menor de papéis temáticos que os predicadores mantêm com os seus argumentos. Os pioneiros destas propostas foram Gruber (1965), Fillmore (1968), Jakendoff (1972), que tentaram propor listas curtas, de cinco, seis ou um pouco mais relações semânticas (por exemplo as de Agente, Origem, Beneficiário, Experienciador, Meta, Tema ou Paciente, Locativo), a que estão ligadas determinadas posições sintáticas.³ Tal ideia foi incorporada na Teoria da Regência e da Ligação por Chomsky (1981), através do Critério temático (4):

(4) Critério Temático: cada argumento recebe um e só um papel temático e cada papel temático é atribuído a um e só um argumento (Chomsky 1981: 36).

Nos anos 80 do século XX havia assim a percepção de que a Teoria Temática ou algo equivalente deveria fazer parte da Sintaxe.

A importância da interpretação dos argumentos e a consciência de que a categoria gramatical dos constituintes selecionados por um predicador é relativamente pouco importante como informação lexical básica (basta ver a existência de línguas com muitas preposições e sem marcação casual nas expressões nominais e, por seu lado, línguas com poucas ou nenhuma preposições e com sistema casual forte), vai levar à

³ Como afirmam Duguine, Huidobro & Madariaga (2010: 2), a abordagem baseada na ideia de que a certas relações semânticas correspondiam certas posições sintáticas foi anunciada de certo modo por Perlmutter (1978), ao articular os verbos inergativos, os inacusativos e os transitivos com dadas interpretações dos argumentos e com posições distintas na estrutura sintática; mas nesta fase não se definiam ainda os conteúdos precisos dos papéis temáticos.

proposta de Chomsky (1986) segundo a qual as entradas dos itens lexicais apenas devem indicar os papéis temáticos e não a categoria dos seus argumentos.⁴

Estou aqui, portanto, a admitir que a estrutura argumental e a marcação temática dos argumentos dos itens lexicais que são predicadores são duas informações relevantes para a Sintaxe. Na verdade, há algumas vantagens na utilização dos papéis temáticos e das estruturas temáticas dos predicadores:⁵

- 1- Uma vantagem é a de nos fornecerem um esqueleto do significado dos predicadores e a de, para muitos deles, podermos fazer corresponder papéis temáticos a posições na estrutura (veja-se o Princípio de Projeção, formulado por Chomsky 1981).
- 2- Os papéis temáticos permitem-nos encontrar classes naturais de predicadores; veja-se o caso de verbos de localização como *pôr, colocar, situar, ocultar*, ou verbos de transferência de posse como *dar, oferecer, dedicar*.
- 3- As estruturas temáticas dão-nos informação sobre os argumentos de um predicador, distinguindo-os dos não argumentos (adjuntos / modificadores).
- 4- Em certos processos sintáticos as estruturas temáticas são herdadas, veja-se a inversão de sujeito, os movimentos Wh.

No entanto, há também alguns problemas na utilização das estruturas temáticas e muitas questões se podem colocar:

- 1- Quantos papéis temáticos devemos propor?
- 2- Por vezes os papéis temáticos não abarcarão noções demasiado genéricas?
- 3- Como podemos ter a certeza de que estamos a atribuir corretamente certos papéis temáticos?

⁴ Em Chomsky (1981), concebe-se ainda que uma construção que não respeite as propriedades de subcategorização de um dado item lexical deverá ser mal construída sintaticamente, quando se propõe o Princípio de Projeção: “As representações de cada nível sintático (...) são projetadas a partir do Léxico, respeitando as propriedades de subcategorização dos itens lexicais (Chomsky 1981: 29). Chomsky fala aqui apenas em complementos subcategorizados, mas o sujeito não é subcategorizado; por outro lado, os verbos preposicionados são diferentes dos verbos não preposicionados. Para superar o primeiro limite do Princípio de Projeção, Chomsky formula em 1982 o Princípio de Projeção Alargado (EPP): “As orações têm de ter um sujeito” (Chomsky 1982: 10); por sua vez, Williams (1980) distingue entre argumentos internos e argumento externo. Mais tarde, já no Programa Minimalista, EPP irá ser revisto como um traço associado a categorias funcionais. Quanto aos verbos preposicionados, Marantz (1984) considera existir marcação temática indireta de certos argumentos (pela combinação do V com uma preposição): assim, por exemplo, nos verbos de movimento em Português *ir, vir, entrar*, o papel temático de, Locativo, Origem ou Meta é atribuído não apenas pelo verbo mas com a ajuda de uma preposição ou locução prepositiva, como *em, de, para, em direção a*, etc.

⁵ Sobre a vantagem e desvantagem na utilização dos papéis temáticos vou seguir muito de perto Bosque & Gutiérrez-Rexach (2009: 274-80).

- 4- Os papéis temáticos estão ordenados? E se sim, como? Isto é, existe ou não uma hierarquia?
- 5- Os papéis temáticos são noções primitivas ou derivadas?
- 6- A estrutura temática de um predicado representa uma versão simplificada do seu significado? Se sim, como se relaciona a versão simplificada com a representação semântica mais complexa?

Como vamos ver a seguir, muita da produção linguística das últimas décadas nesta área tem dado respostas distintas às questões acima apresentadas.

Em relação ao número e definição dos papéis temáticos, é importante referir a contribuição de Dowty (1990), ao propor uma lista de propriedades das proto-relações temáticas de Agente e Paciente, indicadas simplifadamente em (5) e (6):

(5) Propriedades do proto-papel de Agente: volição; causa do evento; percecionador / “sentidor”; movimento; o referente existe independente da ação do V.

(6) Propriedades do proto-papel de Paciente: mudança de estado; tema incremental; afetado pelo evento; estacionário; o referente pode não existir independentemente da ação do verbo ou pode nem existir.

A que Dowty acrescentou o princípio de seleção dos argumentos em (7):

(7) Princípio de seleção dos argumentos: o argumento de um predicado que tenha o maior número de propriedades de proto-agente implicado pelo significado do predicado pode (...) ser selecionado para sujeito; o argumento que tenha o maior número de propriedades de proto-paciente pode (...) ser lexicalizado como o objeto direto do predicado.

Esta proposta é interessante por ter colocado a questão num nível de abstração mais elevado do que os papéis temáticos, embora coloque também algumas questões; como escreve Ramchand (2008: 6), o princípio de seleção de argumentos (7) está mais perto de tendências cognitivas gerais e dificilmente pode ser visto como um princípio do sistema computacional.

Em relação à ordem e hierarquia dos papéis temáticos, uma hipótese consiste em propor que a entrada lexical de uma palavra predicativa é uma lista não organizada de argumentos e de papéis temáticos a ele associados e que existe uma hierarquia, talvez universal, quanto à projeção desses argumentos na Sintaxe. Esta é a proposta de Jackendoff (1972) e, mais tarde, já depois da publicação de Chomsky (1981), de Larson (1988) e de Grimshaw (1990), para os quais alguns argumentos são mais altos do que outros na hierarquia temática.

A hierarquia estabelece a ordem pela qual os argumentos são escolhidos para preencher as funções sintáticas nas construções; assim, por exemplo, o Agente é o mais alto na hierarquia, devendo por isso ser projetado como sujeito e assim por diante.^{6 7}

A este propósito refira-se o tratamento de Baker (1988), que relaciona os papéis temáticos e a estrutura gramatical não por uma hierarquia temática, mas por um princípio mais absoluto, a *Hipótese de uniformidade de atribuição de papel temático* (*Uniformity of theta assignment hypothesis, UTAH*), cujo conteúdo é indicado em (8):

(8) Hipótese de uniformidade de atribuição de papel temático:

Idênticas relações temáticas entre itens lexicais são representadas por relações estruturais idênticas entre esses itens ao nível da Estrutura-D (cf. Baker 1988: 46).

A UTAH estabelece que um item lexical ou uma expressão nominal que receba uma determinada relação temática se deve projetar numa posição estrutural fixa, por exemplo, um Tema deverá ser um Objeto Direto.

Porém, como sabemos, há vários casos de alternância, em que um determinado argumento com uma dada relação temática é projetado numa posição estrutural não “esperada”. Vejamos brevemente alguns destes casos:

- a alternância dativa em línguas como o inglês: este fenómeno consiste no facto de existirem duas construções para denotar uma situação de transferência de posse: uma construção preposicional (9a) e uma construção de duplo objeto (CDO) (9b):

(9)(a) John gave the book to Mary.

(b) John gave Mary a book.

Larson (1988), aceitando o princípio de Baker, propõe que diferenças de relações estruturais são obtidas por movimentos sintáticos e movimentos em Forma

⁶ No entanto, a Hierarquia Temática, tal como foi formulada por Jackendoff, Grimshaw e outros, não capta o estatuto especial do chamado sujeito. O sujeito não é um complemento, não é subcategorizado pelo V, projetando-se numa posição sintática que é geralmente concebido como exterior ao SV. Daí a proposta de distinção entre “argumento externo” e “argumento(s) interno(s)” de Williams (1980), já referida na nota 4; mais tarde, Sportiche (1988) vai propor que o argumento externo é gerado como especificador de SV e movido ou não para a posição de especificador de ST (o que permitiu analisar de outra forma fenómenos como a “inversão livre de sujeito”, a “flutuação de quantificador” *all, tous, todos*). Mais recentemente Kratzer (1996) propõe a categoria funcional VoiceP (SVoz) e considera que o chamado argumento externo, designação da qual, aliás, se distancia, é gerado em especificador de VoiceP.

⁷ Entre outras críticas que têm sido feitas a este tipo de hierarquia, Ramchand (2008: 4) considera que hierarquias a ligar papéis temáticos a posições sintáticas são difíceis de justificar, enquanto as abordagens baseadas na estrutura de evento não precisam de qualquer hierarquia de realização de papéis temáticos, porque, entre outras razões, esta abordagem considera outros elementos na frase, como os adverbiais, as propriedades semânticas dos objetos - plurais, nomes massivos, sintagmas de medida de tempo - que determinam a realização da estrutura de evento e da estrutura argumental.

Lógica; assim, vai explicar a alternância dativa propondo que a construção preposicional é a básica e que o SN Beneficiário *Mary* sobe para uma posição mais alta na estrutura, obtendo-se a CDO. Tal fenómeno levá-lo-á a propor uma estrutura altamente hierarquizada do SV que vai influenciar de forma determinante os estudos posteriores.

- a alternância locativa, que envolve os chamados *spray / load verbs*, estudada para o Português por Maia (1996) e Duarte (1998); nesta alternância, o Locativo surge numa construção regido de uma preposição apropriada (10a), enquanto na outra construção é o próprio objeto direto do V (10b):

(10)(a) O lavrador carregou trigo no camião.

Locativo

(b) O lavrador carregou o camião com trigo.

Locativo

- a alternância causativa / não causativa com certos verbos psicológicos da família de *assustar, to frighten*, em que numa dada construção o argumento Causa é sujeito e o Experienciador é o objeto direto (11a) e noutra construção o Experienciador é o sujeito de um V reflexo inerente ou pseudo-reflexo e a Causa surge num complemento preposicionado (11b) (cf. Pesetzký 1995):

(11)(a) A tempestade assustou a criança.

(b) A criança assustou-se com a tempestade

E recordemos a alternância causativa / não causativa, já ilustrada em (2) e (3):

(2) O calor derreteu o gelado.

(3) O gelado derreteu.

Se quisermos manter a UTAH ou outro princípio determinístico de projeção Léxico-Sintaxe, é óbvio que novos desenvolvimentos têm de ser feitos no sentido de captar fenómenos de alternância.

Mas antes de voltarmos a esta questão, olhemos de novo para os exemplos (2) e (3), reformulados como em (12a) e (12b):

(12)(a) O calor derreteu o gelado (em dois minutos) (* durante dois minutos).

(b) O gelado derreteu (às 8h) (* durante dois minutos).

Se virmos a natureza dos adverbiais com os quais as frases se podem combinar (de medida de tempo em (12a), de localização temporal em (12b)), vemos que em (12a) estamos perante um processo culminado, em (12b) estamos perante uma culminação.

Assim, pode colocar-se a seguinte questão:⁸ a estrutura argumental de um dado predicado é determinada pelas relações semânticas, isto é, pelos papéis temáticos que esse predicado atribui aos seus argumentos ou pela estrutura de evento a eles associada?

Com efeito, se um V é diferente de outro do ponto de vista da forma como os seus argumentos se projetam (veja-se as diferenças entre Vs transitivos, inergativos, inacusativos), ou se um mesmo V pode estar associado a diferentes estruturas sintáticas (como *derreter*, nos exemplos (12a) e (12b)), isso pode dever-se ao facto de que tais Vs ou tais variantes de Vs exprimem diferentes tipos de estados de coisas, situações, eventos ou *Aktionsart*.

É esta a proposta em Semântica, sobretudo a partir da abordagem baseada na estrutura de evento de Vendler (1967), que distingue entre estados, actividades ou processos, processos culminados e culminações, baseados em noções como mudança ou transição, delimitação temporal ou telicidade, extensão temporal.

De um modo geral, há correlação entre a estrutura argumental e a estrutura de evento dos predicadores: assim, os Vs inergativos são, em geral, de atividade ou de processo (13); os Vs transitivos causativos são frequentemente de processo culminado (14); os Vs inacusativos são muitas vezes de culminação (15) e os Vs predicativos, os Vs psicológicos (como *temer*), os Vs de conhecimento (como *saber* e outros), são de estado (16):

- (13) O João correu (durante 1 hora).
- (14) O exército destruiu a cidade (em 3 dias).
- (15) O João morreu (às 9h).
- (16) O João é português.

As alternâncias acima referidas são muitas vezes acompanhadas de mudança de valor aspetual, como já é visível em (12a) e (12b). A alternância locativa é um bom exemplo dessa mudança; veja-se (17a) e (17b), reformulações dos exemplos (10):

- (17)(a) O lavrador carregou trigo no camião (durante 2 horas / (*em duas horas).
- (b) O lavrador carregou o camião com trigo. (*durante 2 horas / (em duas horas).

⁸ Vou seguir aqui de perto algumas das questões enunciadas por Duguine, Huidobro & Madariaga (2010).

Com base nos testes indicados, é possível verificar que a interpretação aspetual da construção (17a) é a de processo, enquanto a interpretação aspetual de (17b) é a de processo culminado.⁹

Como os exemplos já mostram e como os desenvolvimentos feitos na sequência de Vendler (1967) evidenciaram, as noções de Vendler de tipos aspetuais não correspondem exatamente a Vs específicos, pois muitos fatores, como a forma dos argumentos internos e externo, nomeadamente a natureza de “plurais simples” ou de nomes massivos dos argumentos internos, influenciam na interpretação. Veja-se a diferença entre *carregar o trigo* (que induz uma leitura de processo culminado) e *carregar trigo* (que produz uma leitura de processo). Note-se de igual modo a importância da presença de sintagmas nominais ou preposicionais que definem uma trajetória junto de certos Vs de movimento (compare-se (18), que é gramatical contendo o V *caminhar*, com (19), que é agramatical com o V *vaguear*:

(18) O João caminhou para casa.

(19) * O João vagueou para casa (exemplos de Leal e Oliveira 2008)

Ou ainda a presença de expressões de medida de tempo ou de advérbios durativos junto dos mesmos verbos de movimento, alterando a interpretação aspetual, como em (21) e (22):

(20) O João caminhou para a escola durante meia hora.

(21) O João caminhou para a escola em meia hora (exemplos de Leal e Oliveira 2008).

Quer dizer, certos fatores contextuais podem alterar o “*inner aspect*”, o aspeto lexical. Reconhecendo estas dificuldades, tem havido na literatura semântica várias maneiras de abordar esta questão. A partir de exemplos como (18)-(21) Leal e Oliveira (2008) preferem falar de Vs de processo, de processo culminado e de processo culminável.

Também a existência de Vs escalares, designados por alguns autores como de “*degree achievement*” (Kennedy & Levin 2008, Ramchand 2008: 89-91) escapam de certo modo à classificação de Vendler, ainda por cima porque alguns são télicos (por defeito), como *escurecer*, e outros são atélicos, como *alargar* (veja-se a este propósito, além dos referidos trabalhos, Leal (2010). Tudo isto mostra que uma abordagem dos predicados verbais unicamente baseada no aspeto lexical tem os seus limites.

Em Sintaxe, que é a área que aqui nos interessa, Grimshaw (1990), inspirada em Jackendoff (1983) e em Pustejovsky (1991), constituiu uma tentativa de conciliar a

⁹ Cf. Maia (1996), Duarte (1998).

abordagem temática e a abordagem da estrutura de evento. A autora defende que a cada predicador está ligada uma estrutura de evento e uma série limitada de papéis temáticos, obedecendo a uma hierarquia; em (22) indico algumas das suas propostas:

(22) Grimshaw (1990):

- (i) a estrutura argumental e a dimensão aspetual dos itens lexicais devem ser representadas no Léxico;
- (ii) os argumentos devem ser hierarquizados de acordo com a Hierarquia Temática, formulada como em (23):

(23) (Agente (Experenciador (Meta / Origem / Locativo / (Tema))))

(iii) é a hierarquia na estrutura argumental e na estrutura aspectual em simultâneo que determina a realização sintática dos argumentos como sujeito, como objeto direto, etc.

Tomemos o caso de *derreter*, *quebrar* ou *afundar*, Vs que têm uma variante transitiva que, na tipologia de Vendler, poderia corresponder a um processo culminado. Segundo a autora, esses Vs descrevem um evento complexo e, como tal, comportam duas dimensões: uma atividade ou um processo e um estado, um resultado, como descrito em (24):

(24) evento (complexo)
 / \
 atividade/processo estado / resultado

Derreter, *quebrar* ou *afundar* têm nessa variante dois argumentos: *x derreter y*, *x quebrar y*; *x afundar y*; o argumento *x* é o mais proeminente tanto na estrutura argumental como na estrutura de evento, porque é ele que é o responsável pela atividade. Logo, *derreter*, *quebrar*, *afundar* terão as estruturas temática e aspetual como delineado em (25) (em que os algarismos representam a hierarquia dos argumentos na estrutura de evento:

(25) (Agente / Causa (Tema))
 1 2

Na sequência de Grimshaw, vários autores irão questionar a centralidade da noção de papel temático e considerar que a estrutura de evento é a informação determinante para se compreender a projeção da estrutura argumental dos predicados na Sintaxe.

Entre muitos outros autores,¹⁰ referirei Borer e Ramchand, que vão desenvolver abordagens bastante radicais, defendendo que não há papéis temáticos do tipo dos indicados anteriormente, mas informações mais “empobrecidas” e baseadas fundamentalmente em noções aspetuais; as categorias funcionais de tipo aspetual comportam posições de especificador e de complemento, onde são projetados os argumentos.

Para Borer (1994), (2005), a projeção dos argumentos de um listema (designação que prefere a palavra) é independente de qualquer informação lexical; a informação enciclopédica associada a um listema não inclui qualquer informação acerca da estrutura argumental (Borer 2005: 57). Não há papéis temáticos, mas papéis de evento associados a EventP, TP e AspP: assim, e simplificando muito, o argumento interno é projetado na posição de especificador de AspP, sendo o “sujeito da mudança”; outro argumento pode ser projetado na posição de especificador de EventP, sendo o “sujeito do processo” e assim por diante.¹¹

Ramchand desenvolve um modelo inspirado em Larson (1988), Hale & Keyser (1993), Kratzer (1996) e Harley (1995) e nalguns pontos próximo do de Borer, baseado nos seguintes pressupostos:

(26) Ramchand (2008):

- (i) não há um nível de estrutura argumental dos predicados descrito no Léxico, com indicação dos papéis temáticos atribuídos a cada argumento;
- (ii) os papéis temáticos clássicos são substituídos por informações de tipo interpretativo mais pobre, derivadas das posições de especificador e de complemento de várias categorias funcionais verbais;
- (iii) a cada predicado verbal corresponde, conforme o aspeto lexical, uma, duas, três camadas ou categorias funcionais; no caso dos verbos transitivos causativos, Vs que geralmente descrevem processos culminados, a sintaxe da parte verbal (“first phase syntax”) consiste em várias categorias funcionais, de natureza aspetual, que representam os subeventos envolvidos no evento descrito: InitP (“Initiation Phrase”), ProcP (“Process Phrase”) e ResP (“Result Phrase”): a categoria InitP representa a origem, a causa do evento, o DP que ocupa a posição de especificador dessa categoria, “o sujeito da causa”, projetar-se-á como sujeito frásico e, subindo para a posição de especificador de ST, receberá caso Nominativo; o subevento ProcP é o “coração” de qualquer predicado dinâmico e o argumento em posição de especificador é o “sujeito do processo”, o

¹⁰ Ver ainda Tenny (1992) e Pustejovsky (1991), que dão muito valor à dimensão aspetual; para uma apresentação breve destes modelos ver Brito (1998).

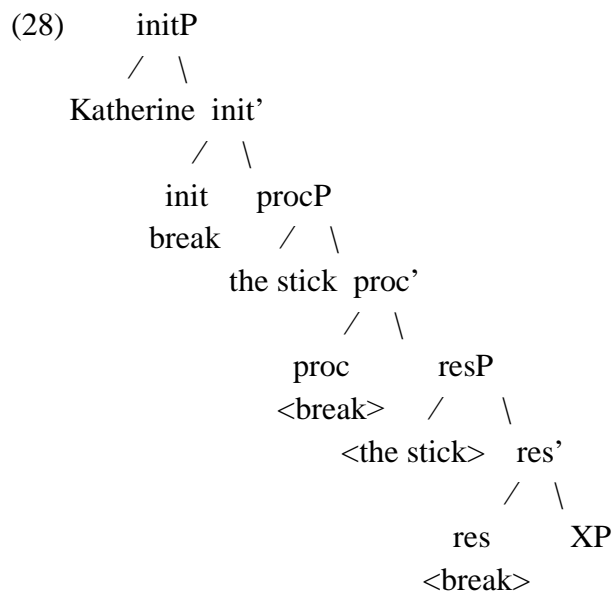
¹¹ Como já se compreende pela apresentação, para estas e outros autores as relações temáticas não são primitivas e são derivadas da estrutura funcional: por exemplo, Agente é a relação temática do especificador de EventP em Harley (1995), ou de VoiceP em Kratzer (1996) ou de InitP de Ramchand (2008); Tema é o complemento de uma raiz verbal (RootP).

“Undergoer”, o tema; ResP só existe quando há um estado resultante explicitamente expresso pelo predicado lexical; o “sujeito do resultado” representa a entidade que detém o estado resultante (“resultee”).

Vejamos uma frase com o V transitivo e causativo *quebrar*, ‘to break’, (Ramchand 2008: 5):

(27) Katherine broke the stick.

A autora considera que a estrutura de evento e a estrutura argumental de *to break* podem ser descritas como em (28):



Assim, o V *quebrar* codifica quer a iniciação causativa de um DP sujeito (o “quebrador”), quer o resultado final de um objeto ficar quebrado; o objeto é o “undergoer” do processo, assim como o resultado, e o V identifica o conteúdo dos três subeventos causativamente relacionados (*idem*, p. 74).

Verbos desta classe podem tomar resultados locativos preposicionais, como em (30):

- (29)(a) Katherine broke the stick in pieces.
- (b) Ariel threw the ball on the ground.
- (c) Alex stuck the picture on the wall.

De acordo com a autora, há Vs que articulam iniciação e processo, outros só envolvem processo, outros só iniciação ligados a DP remáticos¹², como é o caso de Vs psicológicos como *temer*, ‘to fear’. Vemos assim que a combinação de subeventos, articulada a posições de especificador e de complemento com interpretações como a de iniciador, trajetória, “undergoer”, resultado, resultado remático, etc., tenta descrever várias classes verbais e também vários processos de alternância.

Como se percebe desde já, nos modelos de Borer e Ramchand as categorias funcionais são projeções de natureza aspetual, em Borer de forma mais depurada, em Ramchand de forma claramente excessiva. Tanto um como outro modelo põem em causa o carácter primitivo dos papéis temáticos e fazem depender a interpretação dos argumentos das posições que ocupam nas categorias funcionais.

Mas entretanto uma nova questão se coloca. A estrutura argumental está indicada no Léxico em relação a cada item que seja predicador, está indicada no Léxico e na Sintaxe ou é relativamente independente das propriedades dos itens lexicais específicos?¹³

Como já se percebeu pela apresentação feita, em relação a esta questão há posições mais sintaticistas, há posições mais lexicalistas e há posições intermédias.

Para inúmeros autores que citei, a estrutura argumental está localizada no Léxico e também na Sintaxe, uma vez que está sujeita a rearranjos por movimento: é assim com Williams (1980), Chomsky (1981), (1986), (1995), Baker (1988), Larson (1988), Grimshaw (1990), entre muitos outros.

Em Borer e Ramchand e também em Alexiadou, de que falaremos adiante, a estrutura argumental é unicamente representada na Sintaxe, não se concebendo uma componente chamada Léxico em que tal informação esteja indicada.

Além dos problemas levantados pelas alternâncias, um dos temas que justificou, por parte de alguns autores, forte desconfiança em relação à existência do Léxico como o nível em que as estruturas argumentais dos predicados verbais estão indicadas foi a sintaxe do objeto indireto / dativo. Tem sido notado que muitos predicados verbais aceitam objetos indiretos incorporados, acrescentados ou aplicados; um verbo como *colocar*, que é um verbo de localização selecionando um argumento interno Locativo, pode aceitar um objeto indireto, com a interpretação de Beneficiário, como em (30):

¹² Para Ramchand (2008: 46), o material remático nunca ocorre na posição de especificador de um núcleo eventivo; os remas e as trajetórias nunca descrevem elementos que são referencialmente individualizados e predicados, mas constroem uma propriedade específica predicacional estática ou dinâmica dos “sujeitos”. Em termos do quadro teórico de Talmy (1972), os especificadores são “figuras”, os complementos são “bases” (“ground”).

¹³ Cf. Duguine, Huidobro & Madariaga (2010: 4).

(30) Coloquei as cortinas à Maria. / Coloquei-lhe as cortinas.¹⁴

Para dar conta deste fenómeno surgiu a proposta de um nó Aplicativo (Marantz 1993), sendo o objeto indireto projetado como especificador desse nó Aplicativo. Mas há uma alternativa radical a essa proposta: um modelo que permita a inserção de predicados e argumentos mesmo quando não há uma relação intrínseca predicado-argumento, como é o caso de *colocar...à Maria*. É esta a escolha de Ramchand (2008: 38), que constrói um modelo generativo-constitutivista, preconizando “a construção livre dos símbolos terminais sintáticos e permitindo que o conhecimento enciclopédico sirva de mediação em ordem a saber se um item lexical particular pode ou não ser inserido nos símbolos terminais ou não.” (minha tradução)¹⁵

No outro extremo, a estrutura argumental está unicamente localizada no Léxico. Talvez a abordagem mais radical desta posição lexicalista seja a assumida por Hale & Keyser (1993, 2002), autores que defendem que a estrutura argumental é uma configuração sintática projetada pelo próprio item.

O modelo de Hale e Keyser permite construir uma “l-syntax”, cujos princípios fundamentais estão apresentados em (31):

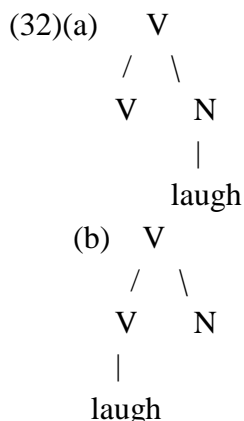
(31) Hale & Keyser (1993, 2002): a estrutura argumental (no Léxico) é determinada pelas configurações sintáticas em que pode aparecer; só há duas relações sintáticas, a de especificador e a de complemento, só há ramificação binária, a iteração é proibida.

O ponto de partida para a proposta desta teoria são fenómenos próprios ao Inglês: muitos verbos nesta língua são sintéticos, uns denominais (*cry, dance, glow, jump, laugh, run, trouble, walk*), outros deadjectivais (*clear, cool, darken, deepen, freeze, grow, harden, lower, melt, narrow, shorten, sink, split, wide*).

A partir deste facto, Hale e Keyser constroem uma teoria lexical em que muitos verbos são construídos a partir da incorporação / movimento de uma base nominal ou adjetival para um V abstrato por incorporação (também designada “conflation” ou “fusão de núcleos argumentais”), como descrito simplifadamente em (32a) e (32b):

¹⁴ Já para não falar de outros tipos de dativos, como o dativo ético (*Faz-me lá isso! Come-me essa sopa!*) ou o dativo de posse (*Doem-me as costas / doem as minhas costas*), em que a relação entre o Objeto Indireto e o V é ainda mais “ténue”.

¹⁵ Em Brito (2009) adotei a abordagem de Ramchand no tratamento dos dativos / objetos indiretos em PE, a partir da ideia de que há dativos argumentais, como em *dar alguma coisa a alguém*, e de que há dativos não argumentais, acrescentados ou incorporados, sem ter que utilizar o nó Aplicativo, que me parece fazer mais sentido em línguas incorporantes com afixos aplicativos.



Visto deste modo, todos os Vs considerados classicamente como Vs intransitivos são transitivos “escondidos”, proposta que marcou definitivamente o estudo dos chamados Vs inergativos.

Adaptando a ideia inicial ao Programa Minimalista (Chomsky 1995), Hale & Keyser (2002: 76) vão falar mais tarde de “conflation” como um processo de cópia, cópia essa que pode ou não realizar-se. No entanto, ao darem-se conta da distinção entre objetos cognatos verdadeiros, como em (33a) e os argumentos hipónimos, como em (33b):

- (33)(a) Os guerreiros dançam uma dança frenética à volta de um totem (Duarte & Brito 2003: 185)
 (b) Eles dançaram um tango

os autores acabam por propor que a “conflation” pode ser, afinal, uma operação de seleção (cf. Hale & Keyser 2002: pp. 88-98), o que de alguma maneira enfraquece o modelo pretendido pelos autores.

Como comentário genérico a este modelo, diga-se que ele comporta um Léxico que quase se substitui à Sintaxe, comportando movimentos e repetindo operações que só deveriam dar-se na componente sintática. Mas o que é certo é que ele levantou questões muito interessantes, por exemplo, a dos objetos cognatos, a dos Vs leves,¹⁶ a dos Vs inergativos e, como tal, os textos de Hale e Keyser constituem uma referência indispensável no estudo da relação Léxico-Sintaxe.

Levin e Rappaport Hovav (1988) e obras seguintes representam um outro tipo de abordagem lexicalista.

¹⁶ Nomeadamente a partir do texto Hale & Keyser (1993) e das estruturas do SV do tipo de (32) e da adaptação que destas ideias fez Chomsky (1995), a noção de “v pequeno” passa a designar não só a posição abstrata de V (para a qual o V sobe no decurso da derivação), mas também a noção de “verbo leve” com suporte fonético (como *dar*, *ter*, *fazer*, em Português).

Um dos fenómenos estudados por estas autoras é o da já referida alternância locativa, no artigo de 1988 cujo título é ilustrativo: “What to do with theta –roles?”. Assim, ao observarem exemplos correspondentes do Inglês a (17a) e (17b), aqui repetidos como (34) e (35):

(34) O lavrador carregou trigo no camião.

(35) O lavrador carregou o camião com trigo.

as autoras observam que em (34) estamos perante a variante locativa destes verbos; em (35) temos a variante não locativa. Em ambos os casos temos o mesmo V causativo, mas com Estruturas Lexicais Conceptuais distintas, propondo então que a cada variante deve corresponder uma (ou mais do que uma) estrutura lexical conceptual (ELC) e uma estrutura de predicado-argumentos (EPA), que devem ser relacionadas por regras de “linking” para dar conta da projeção na Sintaxe. Em (36) estão apresentadas as ELC de *carregar*:

(36) Estruturas Lexicais Conceptuais:

(a) variante do localizado como objeto: [x causar [y ficar em z]]

(b) variante da localização como objeto: [x causar [z ficar num estado] por meio de [x causar [y ficar em z]]]

A projeção das ELC nas respetivas EPA é feita através das regras de “linking”, descritas em (37), (38) e (39):

(37) Regra de associação de causa imediata: a entidade que denota a causa imediata da eventualidade denotada pelo verbo é o seu argumento externo. (Levin & Rapaport Hovav 1988: 135).

(38) Regra da associação da mudança direta: a entidade que sofre a mudança direta descrita pelo verbo é o seu argumento interno direto. (Levin & Rapaport Hovav 1988: 146).

(39) Regra de associação das não causas imediatas e das não mudanças diretas: as entidades que nem denotam a causa imediata da eventualidade denotada pelo verbo nem sofrem a mudança direta descrita pelo verbo são argumentos internos introduzidos pela preposição adequada.¹⁷

Da aplicação desta regras às ELC resultam as EPA (40) e (41):

¹⁷ Uso aqui a formulação de Duarte (1998: 8).

(40) carregar: x <y em z >

(41) carregar: x <z com y >

Estamos a ver que Levin e Rapaport Hovav consideram a existência de um nível mais abstrato, mais perto do significado complexo dos itens lexicais, as Estruturas Lexicais Conceptuais, e delas fazem depender a estrutura argumental dos predicados. No que diz respeito às alternâncias, ao considerarem duas estruturas conceptuais distintas e duas estruturas argumentais para um mesmo verbo, tal proposta leva necessariamente à consideração de homonímia entre dois verbos *carregar*. Ora é discutível que estejamos perante um caso de homonímia, uma vez que o significado de *carregar* parece manter-se o mesmo nas duas construções.¹⁸

Depois de ter apresentado a conceção lexicalista bastante acentuada de Levin & Rapaport Hovav, é tempo de olharmos para uma abordagem de compromisso muito interessante, a de Reinhart (2000) e Reinhart & Siloni (2003).

Reinhart (2000) apercebe-se das dificuldades em trabalhar apenas com papéis temáticos e propõe um processo de decomposição dos papéis temáticos em traços mínimos, sugerindo os traços [\pm c] (“mudança provocada por uma causa”) e [\pm m] (“estado mental”). Assim, a cada papel temático correspondem “clusters” (feixes) de traços, em que alguns papéis temáticos podem ser não especificados em relação a alguns dos traços. Vejam-se os seguintes: Agente é [+c +m]; Causa é [+c]; “Sentidor” (“sentient”) é [+m]; Instrumento é [+c -m]; Experienciador é [-c +m]; Tema é [-c -m]; Meta / Origem é [-c]; Assunto é [-m]. A autora está interessada em descrever algumas das alternâncias já referidas, propondo operações lexicais de redução e de saturação de argumentos. No trabalho de Reinhart & Siloni (2003), as autoras escolhem, para ilustrar este tipo de operações, os verbos reflexos. Estes Vs têm sido analisados de diferentes modos: Marantz (1984), Kayne (1988), Pesetsky (1995) e outros aproximam-nos dos Vs inacusativos e consideram que eles perdem o argumento externo. Marantz nota uma restrição que opera na reflexivização nas construções de Marcação Excepcional de Caso (ECM), ilustrando o problema com exemplos do Islandês, mas a mesma observação pode ser feita em relação ao Francês e às línguas românicas em geral. Considere-se a construção em (42a) e o seu equivalente reflexo em (42b). O predicado *considère* toma uma oração pequena como seu argumento interno e o predicado atribui caso acusativo a *Pierre* em (42a), que é sujeito da oração pequena e recebe por isso o papel temático do ADJ *intelligent*. Mas em (42b), apesar de se poder reconstituir também uma oração pequena, *se* só pode ser o reflexo de *Jean* e não do sujeito de *intelligent*:

¹⁸ Cf. também Duarte (1998); esta autora refere ainda que este tratamento acaba por não conseguir dar conta da diferença de interpretação aspetual das duas construções a que já fiz referência acima. Por outro lado, em (34) há uma leitura parcial; em (35) há uma leitura holística, que não são captadas por esta análise.

- (42)(a) Jean considère Pierre intelligent.
 (b) Jean se considère intelligent.

Marantz conclui então que a operação lexical de redução argumental que caracteriza os verbos reflexos só pode afetar o argumento externo (não o interno) e o sujeito dos Vs reflexos é um sujeito derivado, propondo a estrutura (43) para (42b) :

- (43) Jean_i se considère [t_i intelligent]

Chierchia (2004) considera igualmente que nos verbos reflexos opera uma operação de redução, mas num sentido contrário ao dos autores acima indicados, pois os Vs transitivos perdem aqui o argumento interno.

Retomando estas duas posições, Reinhart e Siloni advogam a favor da inergatividade destes Vs, mostrando que, em Hebreu e em Inglês, ao contrário do Francês, pode encontrar-se uma anáfora reflexa na posição de sujeito da oração pequena afetada pelo caso acusativo, como mostram os exemplos (44b) e (45b):

- (44)(a) * Dan mitxašev intiligenti.
 Dan considera (refl) inteligente
 (b) Dan maxšiv et acmo intiligenti.
 Dan considera se ACUS inteligente
 (45)(a) * Dan considers intelligent.
 (b) Dan considers himself intelligent.

Estes e outros fenómenos levam as autoras a propor que em línguas como o Hebreu, o Neerlandês, o Russo, o Húngaro, o Inglês, a operação de redução argumental que está na base dos Vs reflexos atua no Léxico, permitindo exemplos como (44b) e (45b); enquanto nas línguas Românicas, no Alemão, no Servo-Croata, no Grego, tal operação atua na Sintaxe, tornando impossível a reflexivização do sujeito de uma oração pequena. Propõem então um parâmetro de variação nas línguas quanto ao nível (Léxico ou Sintaxe) em que as operações lexicais operam, numa tentativa de conciliação entre as abordagens anteriores.

(46) Parâmetro Léxico / Sintaxe

A GU permite que as operações temáticas se apliquem no Léxico ou na Sintaxe:

Aplicação no Léxico: Hebreu, Neerlandês, Inglês, Russo, Húngaro.

Aplicação na Sintaxe: Línguas Românicas, Línguas Germânicas, Servo-Croata, Grego.

Ao propor que os processos lexicais podem ter mais peso numa língua do que noutras, este parâmetro abre a porta ao estudo da variação linguística, com importantes implicações.

Tal como nalguns autores citados até este momento, a conceção apresentada está baseada na existência do Léxico, mas de modo distinto do de outros autores.

Com efeito, até este momento contactámos com duas visões distintas de Léxico.¹⁹

(47) **Um Léxico estático**, que contém informação sobre a estrutura argumental dos predicadores e que se correlaciona de maneira sistemática com a estrutura sintática. O Léxico tem o seu próprio vocabulário, mas não há manipulações anteriores à inserção. Os movimentos sintáticos podem alterar a manifestação das estruturas argumentais. É a conceção em Baker (1988), Larson (1988), Chomsky (1981) e obras seguintes.

Um Léxico dinâmico, que contém informação sobre estrutura argumental dos predicadores e que se correlaciona de maneira sistemática com a estrutura sintática. O Léxico contém o seu próprio vocabulário, assim como manipulações internas prévias à inserção. Os movimentos sintáticos para dar conta de alterações estruturais são reduzidos. É o que acontece em Hale & Keyser (1993, 2002), Levin & Rapaport Hovav (1988), Reinhart (2000), Reinhart & Siloni (2003), embora em moldes muito distintos.

Repare-se que na visão estática do Léxico há uma clara redundância entre Léxico e Sintaxe, na medida em que as estruturas argumentais dos predicadores verbais são descritas em dois lugares da gramática; nessa visão, os fenómenos de alternância são difíceis de explicar a não ser sofisticando os modelos, o que tem sido tentado por vários autores.

Na visão lexicalista de Levin & Rapaport Hovav, as alternâncias são tratadas atribuindo mais do que uma estrutura lexical conceptual e mais do que uma estrutura argumental para o mesmo verbo, propondo que estamos perante um fenómeno de homonímia; porém, como já vimos, é discutível que em qualquer dos casos referidos (alternância dativa, alternância locativa, alternância causativa / não causativa, quer com Vs de mudança de estado como *derreter*, quer com Vs psicológicos como *assustar*) haja duas entradas lexicais para o mesmo verbo.

Esta crítica não pode ser feita ao modelo de Reinhart & Siloni, uma vez que se concebe que um verbo pode ser objeto de regras de redução ou alteração argumental no próprio Léxico ou na Sintaxe, de acordo com uma variação paramétrica.

¹⁹ Sintetizo-as adaptando de Ramchand (2008: 8).

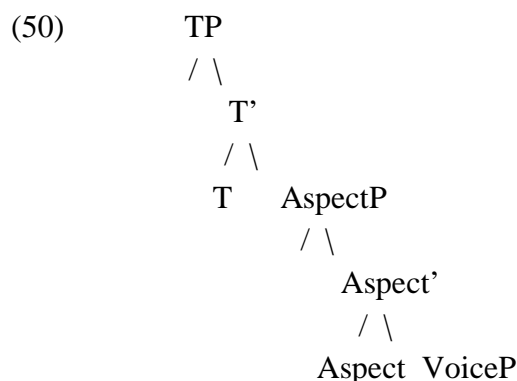
Do meu ponto de vista, em todos os casos de alternância assinalados não estamos perante duas variantes lexicais do mesmo verbo mas perante duas ou mais maneiras que o mesmo V tem de se projetar na estrutura sintática. Por outro lado, pode mesmo acontecer que certos constituintes mantenham com certos predicados verbais uma relação que tradicionalmente tem sido designada de “objeto indireto” mas que não são selecionados por esses verbos.

Sendo assim, é na estrutura sintática, funcional, constituída por projeções verbais, devidamente articuladas a informações relacionais (papéis temáticos ou relações mais “empobrecidas”), que vamos encontrar a solução para uma adequada articulação entre o significado lexical e as estruturas sintáticas.

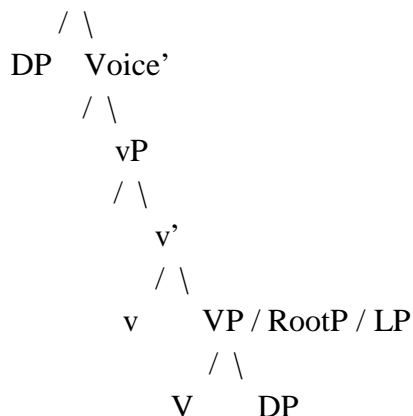
Levando esta conceção até às últimas consequências, pode não existir uma componente – o Léxico – onde a estrutura argumental dos predicados esteja especificada. Partilham da conceção de que não existe um Léxico, embora em moldes diferentes, vários autores, como Borer (2005), Ramchand (2002) e (2008), já referidas, e ainda Alexiadou (2001, 2006).

Para Alexiadou (2001), que trabalha no quadro da Morfologia Distribuída, é a partir da raiz verbal que se forma uma frase ou uma outra qualquer categoria mista verbal / nominal (ver ponto 4.1). Numa frase, a “camada” funcional verbal é constituída (pelo menos) por vP e VP, RootP ou LP. Num modelo mais recente, Alexiadou, Iordăchioia & Schäfer (2011) incluem, para além de TP, a categoria VoiceP, introduzida, aliás, por Kratzer (1996) para introduzir o argumento externo e para descrever os fenómenos de diátese e de voz; neste modelo há uma distinção clara entre aspeto lexical ou *Aktionsart*, que é dado pelas raízes verbais e pelo domínio VoiceP-vP, sendo o Aspeto gramatical descrito pelo nó Aspect; o nó Aspect alberga operadores aspetuais (auxiliares, advérbios) ou certos traços.²⁰

Em (50) descrevo a estrutura de frase correspondente a um verbo transitivo:



²⁰ De forma a mostrar a relevância que certos argumentos têm na estrutura aspetual, Borer (2005) e outros autores propõem que tais argumentos podem ser movidos para a posição de especificador de AspP (ver também nota seguinte).



Apenas como ilustração, refira-se que para Alexiadou (2006) a alternância causativa / anticausativa é vista como o resultado da presença ou da ausência da categoria funcional VoiceP.²¹

Em síntese, vários modelos atualmente disponíveis perspetivam de maneira diferente a relação entre o significado lexical dos predicados verbais e a estrutura sintática: uns preconizam uma interface Léxico-Sintaxe, embora difiram quanto à natureza estática ou dinâmica do Léxico e quanto à parte do significado lexical que consideram determinante para a Sintaxe - a estrutura temática, a estrutura eventiva ou a estrutura concetual. Um dos maiores desafios para os vários modelos referidos parece situar-se no tratamento de fenómenos de alternância. Foi sugerido que os fenómenos de alternância verbal não alteram o significado lexical dos itens envolvidos e que cabe à estrutura funcional sintática, constituída por nós funcionais do tipo Asp, VoiceP, vP e VP dar conta das diferentes construções em que um mesmo predicado verbal pode surgir; quanto às relações temáticas, elas parecem não ser primitivas e ser deduzíveis em grande parte das posições de especificador e de complemento das categorias funcionais apropriadas a cada construção.

Outros modelos negam a existência de uma interface Léxico-Sintaxe, como Alexiadou, Borer, Ramchand: a existência do Léxico, como componente em que são elencados os predicados verbais e suas estruturas argumentais, é questionada e propõe-se que cabe à Sintaxe dar conta da maneira como as estruturas argumentais dos predicados vão sendo construídas.

Porém, pôr em causa a existência do Léxico coloca duas questões cruciais: as expressões idiomáticas e a formação de palavras.²² São essas duas questões que discutirei brevemente a seguir.

²¹ No quadro de Borer (2005: 57-58) as alternâncias verbais são também explicadas por redução / expansão das categorias funcionais: se, por exemplo, um verbo como *drop* for projetado numa estrutura sintática em que há apenas um “sujeito da mudança” (o argumento interno, projetado como especificador de AspP), o V será um inacusativo; se o mesmo V for projetado numa estrutura em que há um “sujeito do processo”, será um inergativo; se houver dois argumentos, um como “sujeito do processo” e outro como “sujeito da mudança” será um transitivo.

3. Algumas reflexões sobre expressões idiomáticas

Como é sabido, o Léxico de muitas línguas contém expressões idiomáticas, isto é, expressões (palavras ou sequências de palavras) cujo sentido não é completamente previsível a partir do sentido das suas partes constitutivas; por essa razão, elas são classicamente consideradas como formadas no Léxico e não pelas regras da Sintaxe e, desse modo, a existência de tais expressões é perfeitamente compatível com o modelo de gramática exibido em (1).

Esta posição não é, contudo, pacífica. A análise conduzida por alguns autores (nomeadamente no quadro da Morfologia Distribuída) tem mostrado que as expressões idiomáticas não são arbitrariamente relacionadas com a Sintaxe.

Marantz (1998), um dos fundadores da Morfologia Distribuída, apresenta dois tipos de argumentos contra a formação das expressões idiomáticas no Léxico e a favor da sua formação pós-sintática: a inexistência de expressões idiomáticas envolvendo o argumento externo de verbos; a inexistência de passivas eventivas idiomáticas.

Analisemos cada um destes argumentos.

Há, na verdade, poucas expressões idiomáticas que envolvam o argumento externo, agente ou causa de verbos; veja-se *dar uma cabeçada*, *dar um frango*, *esticar o pernil*, *esticar a corda*, em Inglês *to kick the bucket* (=to die), *to rain cats and dogs* (=chover a cântaros). Nestes e em muitos outros exemplos, a expressão idiomática parece surgir da combinação de uma raiz verbal com outros elementos, submetida a uma condição de localidade que isola o argumento externo. Marantz faz deste fenómeno um argumento forte contra as teorias lexicalistas e contra a própria existência do Léxico.

Contrariando esta posição, Williams (2007: 361), que trabalha no quadro do Programa Minimalista, recorda que em exemplos como os de (51a) e em (51b)

(51)(a) The cat has got your tongue. (=tu estás sem fala)

(b) The devil made me do it. (=não sou responsável por isso)

the cat é um agente e *me* é o sujeito encaixado de *do it*, o que enfraquece o tratamento de Marantz. Outro argumento de Williams contra a visão segundo a qual as expressões idiomáticas obedecem a uma condição de localidade é dado por expressões do tipo “Isto!”, sem qualquer raiz verbal e normalmente associado a um significado pejorativo. Williams conclui então que as expressões idiomáticas são objetos linguísticos, sendo-lhes atribuído sentido na globalidade; quer dizer, mesmo considerando que o sentido das expressões idiomáticas é composicional, elas devem ser objeto de inserção no Léxico.

²² A conceção de gramática sem léxico tem também importantes repercussões (negativas) a nível do tratamento computacional, uma questão que não vou explorar aqui.

Em Português, para além de muitas expressões idiomáticas que apenas envolvem o argumento interno dos verbos, há algumas em que o argumento externo contribui para a criação da idiomaticidade, como é o caso em (51c):

(51)(c) Enquanto o Diabo esfrega um olho (=fazer algo muito depressa).

O segundo fenómeno invocado por Marantz para mostrar que haverá uma condição sintática de localidade nas expressões idiomáticas é dado pela pouca produtividade de expressões idiomáticas que sejam passivas eventivas, existindo preferencialmente passivas idiomáticas estativas, como nos conhecidos exemplos dados para o Francês por Ruwet:

(52)(a) «Chaque chose à sa place, et les vaches seront bien gardées.»

(b) «Cet argument est tiré par les cheveux.» (Ruwet 1991).

De novo, parece haver alguns contraexemplos à proposta de Marantz, pois há em Português algumas passivas eventivas idiomáticas, como em (53), o que enfraquece a posição da Morfologia Distribuída.

(53) A Maria foi posta em cheque pelo amigo.²³

Outra propriedade das expressões idiomáticas é o facto de terem, tal como outras expressões, valores aspectuais composicionais; veja-se a distinção entre *to hang a left* (= to turn left), *to hang fire* (=to wait), como em (54a) e (54b) (cf. McGinnis (2002)):

(54)(a) Hermione hang a left in five minutes / # for five minutes.

(b) Harry hang fire for a week / # in a week .

(54a) tem uma interpretação télica, enquanto (54b) tem uma interpretação atélica, o que significa que há restrições sintáticas e semânticas sobre a formação destas expressões idiomáticas, o que parece ser difícil de entender se elas são apenas elencadas no Léxico; pelo contrário, este fenómeno constitui um argumento sério a favor da sua construção na Sintaxe e da existência de uma componente pós-sintática, como lugar em que são tratados os significados especiais.

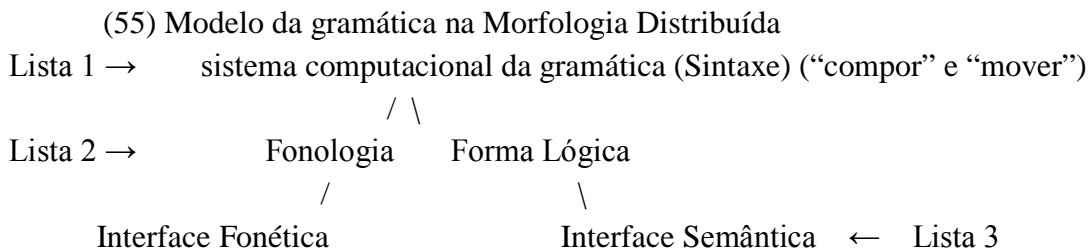
Em síntese, não é fácil propor um único modelo de interface Léxico-Sintaxe apenas com base nas expressões idiomáticas. Embora grande parte das expressões idiomáticas apresente idiosincrasias e especificidades que advogariam a favor da existência do Léxico, onde seriam inseridas como um todo, tal como propõem Williams e outros autores na linha clássica da Sintaxe Generativa, também é verdade que algumas

²³ Agradeço à Inês Duarte ter-me chamado a atenção para este exemplo.

das suas propriedades revelam a dependência de regras sintáticas e nesse sentido parece justificar-se a existência de uma componente pós-sintática que, no quadro da Morfologia Distribuída, é chamada Enciclopédia, para dar conta de certos efeitos especiais das expressões idiomáticas.

Como já estamos a ver, quer em relação à articulação entre significado e estrutura, quer em relação às expressões idiomáticas, a Morfologia Distribuída, um modelo construído por Halle & Marantz (1993), Marantz (1998) e outros autores, constitui-se atualmente como uma das mais sérias alternativas ao Programa Minimalista delineado por Chomsky (1995).

Vejamos então como funciona em geral o modelo de gramática preconizado por estes autores. A forma da gramática está delineada, de forma simplificada, em (55) (cf. Marantz 1998):



Nesta arquitetura de gramática, a Lista 1 contém as raízes atômicas existentes em cada língua e os feixes de traços gramaticais (determinadas pela GU e por princípios particulares das línguas); é uma lista generativa.

A segunda lista é o vocabulário que fornece as formas fonológicas para os nós terminais da Sintaxe; é não generativa mas é expansível.

A terceira lista é a Enciclopédia – a lista dos significados especiais, que lista os significados especiais das raízes relativos a contextos sintáticos, em domínios locais. É também não generativo mas é expansível.²⁴

Repare-se que um tal modelo anula o papel tradicional do Léxico e da Morfologia como a área que trata da formação de palavras. Justifica-se, pois, uma reflexão sobre este tema.

4. A formação de palavras

4.1. Tipos distintos de formação de palavras

²⁴ Três grandes propriedades definem o modelo da MD: a inserção tardia; a sub-especificação, a ideia de estrutura sintática hierarquizada *all the way down*.

Como sabemos, há grande variação no que diz respeito aos léxicos das línguas no que diz respeito ao modo como as palavras são formadas. Nas línguas “isolantes” e nas línguas “analíticas” as oposições distintivas em certas categorias, como o número e o gênero, são expressas por itens lexicais distintos; é o caso do Chinês e do Vietnamita. O Inglês é considerado uma língua grandemente analítica (veja-se *man / woman, boy / girl, mouse / mice*). Neste tipo de línguas, o Léxico atribui um lugar secundário aos processos morfológicos.²⁵

Pelo contrário, nas línguas “sintéticas” as palavras são formadas por vários tipos de processos morfológicos: há línguas aglutinantes (Turco), há línguas flexionais ou fusionais (Latim, Português, Alemão), há línguas incorporantes ou polissintéticas (Mohawk, Inuktitut, línguas Bantu), há línguas infixantes (Árabe). Alguns autores referem a este propósito a existência de um parâmetro analítico / sintético (Huang 1997), outros preferem falar de um parâmetro de polissíntese (Baker 1996).

No caso das línguas flexionais a flexão está, por um lado, estreitamente ligada à Sintaxe (vejam-se os processos de concordância SU-V, N-ADJ, DET-N, etc.) e, por outro lado, à Fonologia, na medida em que operam nas formas flexionadas inúmeros processos fonológicos.

Desse modo, nas línguas flexionais a questão Léxico-Sintaxe, no que diz respeito à formação de palavras, coloca-se sobretudo relativamente aos processos morfológicos de composição e de derivação. Em Português a composição é um processo heterogêneo, existindo compostos morfológicos (*herbívoro, biblioteca, luso-brasileiro*), compostos morfossintáticos (*papa-formigas, guarda-jóias, surdo-mudo*), compostos lexicalizados (*pés de galinha*) (Villalva 2003: 971, 979). O que podemos constatar a este nível é que há muitas idiosincrasias que dificilmente poderão ser captadas por regras gerais da Sintaxe, pelo que, de algum modo, o Léxico deve ocupar algum espaço na organização da gramática no que diz respeito ao processo morfológico da composição.

É, portanto, apenas no que diz respeito à derivação e em especial à derivação exocêntrica que a questão da interface Morfologia-Sintaxe e Léxico-Sintaxe me interessa aqui.

Para ilustrar esta questão recordemos os exemplos que Chomsky (1970) analisa em “Remarks on nominalization”:

- (56) (a) John has refused the offer
 (b) John’s refusing the offer
 (c) John’s refusing of the offer

²⁵ Sabemos que as línguas são em geral mistas e que mesmo as línguas sintéticas têm processos analíticos (veja-se, em Português, uma língua sintética, de tipo flexional, que, em relação ao gênero, comporta pares analíticos como *homem / mulher, rapaz / rapariga*. O Inglês, sendo uma língua grandemente analítica, tem alguma flexão, para além da derivação e da composição.

(d) John's refusal of the offer

Nos exemplos (56a) a (56c) temos várias construções que costumam ser tratadas no campo da Sintaxe, porque envolvem problemas de ordem de palavras, de seleção categorial e temática, de marcação de caso, entre outros fenômenos: em (56a) uma oração; em (56b) um gerúndio verbal; em (56c) um gerúndio nominal.

Pelo contrário, (56d), na medida em que envolve uma nominalização deverbal, é geralmente tratado como envolvendo um problema morfológico. Nos anos 60 do século XX houve uma primeira tentativa de tratar as nominalizações deverbais na Sintaxe: Lees (1960) propôs que (56d) deriva por transformação de uma estrutura próxima da de (56a); estávamos então no período altamente transformacionalista da Gramática Generativa. No seu artigo de 1970, Chomsky critica um tal tratamento por ele envolver muitos mecanismos dificilmente motivados (inserção, deslocação) e propõe que as nominalizações deverbais são construídas no Léxico; daí que o seu artigo seja considerado por alguns autores o berço do lexicalismo.²⁶

Embora seja claro que *refusal*, como palavra, obedece a certas restrições específicas, há algo de forçado ao separarmos o estudo das quatro construções apresentadas em (56) em duas componentes diferentes da gramática, Sintaxe e Morfologia / Léxico. Não será útil estudar as quatro construções numa mesma componente?

Comentando o famoso texto de Chomsky, Marantz (1998) recorda que os argumentos contra um tratamento transformacionalista das nominalizações deverbais já não eram novos ao tempo em que Chomsky escreveu as “Remarks” e por isso considera, num tom algo provocatório, que a questão crucial neste texto não é tanto propor um tratamento lexicalista das nominalizações mas estender as regras de base aos Ns, permitindo que elas tomem complementos, e articulando-as à Teoria X Barra. Segundo Marantz, o que é relevante para Chomsky, neste texto, é mostrar que a relação núcleo-complemento deve ser interpretada da mesma maneira quando está em causa um V e um N e que N e V devem ser distinguidos por alguma propriedade, por algum traço; e é assim que os traços [+/-N, + /-V] surgem para caracterizar as categorias lexicais.²⁷

Assim, a partir da “desmontagem” dos argumentos chomskianos a favor da formação das nominalizações no Léxico, Marantz vai desenvolvendo um modelo, a

²⁶ Cf. as palavras de Chomsky (1970: 188): “podemos estender as regras de base para acomodar os nominais derivados diretamente (referir-me-ei a isto como a “posição lexicalista”), simplificando a componente transformacionalista; ou alternativamente podemos simplificar as estruturas de base, excluindo estas formas e deriva-las por alguma extensão do aparato transformacionalista (a “posição transformacionalista”) (minha tradução).

²⁷ Cf. de novo as palavras de Chomsky (1970: 190): ”uma grande variedade de itens aparece no léxico com traços seletivos e de subcategorização estrita, mas com uma escolha de traços associados às categorias lexicais nome, verbo, adjetivo. A entrada lexical deve especificar que os traços semânticos são em parte dependentes da escolha de um ou outro desses traços categoriais.” (minha tradução).

Morfologia Distribuída, em que não há distinção entre Léxico e Sintaxe e em que, no que diz respeito a processos de nominalização deverbal, não há Vs e Ns com as respetivas estruturas argumentais num nível que se possa chamar Léxico, porque o que há são raízes e as palavras complexas vão sendo construídas em Sintaxe. Assim, a gramática constrói palavras na Sintaxe pelos mesmos mecanismos (“compor” e “mover”) em que se constroem frases e isso significa que “compor” dois constituintes é uma função das categorias dos constituintes envolvidos, não da operação “compor” propriamente dita.

Esta não é, no entanto, e mais uma vez uma posição pacífica.²⁸ De facto, num extremo temos os que defendem que os processos morfológicos operam no Léxico; no outro extremo, temos os que defendem uma abordagem sintaticista da formação de palavras, em particular da derivação.

No lado mais clássico, lexicalista, situam-se todos os autores que advogam a favor da distinção entre Morfologia e Sintaxe.²⁹ Ackema e Neeleman (2007), por exemplo, conservam a distinção entre as duas componentes, considerando que a Morfologia é a sintaxe das palavras, na medida em que se, por um lado, partilham certas noções (etiquetas categoriais, a operação compor, c-comando, argumento), por outro lado têm também operações específicas e primitivos que as distinguem. Numa posição semelhante, o já referido Williams (2007) advoga a favor da distinção entre as duas áreas, renova algumas das assunções já propostas em Di Sciullo e Williams (1987) e considera que o “sistema das palavras” é distinto do “sistema dos sintagmas” (designações que prefere a Morfologia e Sintaxe), uma vez que existem contra-argumentos às posições fortes da Morfologia Distribuída, alguns dos quais já referimos no ponto anterior.³⁰

No outro extremo, além do já referido modelo da Morfologia Distribuída, outros autores defendem que não há distinção entre Morfologia e Sintaxe. Julien (2007) considera que a própria noção de palavra é um epifenómeno, baseado em condições sintáticas, e que muitas palavras podem ser derivadas de relações núcleo-núcleo, núcleo-especificador do complemento, especificador-núcleo, combinada com certas possibilidades de colocações morfélicas. Svenonius (2007) defende que a Morfologia opera segundo os mesmos tipos de estruturas hierarquicamente ordenadas e os mesmos primitivos que a Sintaxe, mas também que há movimentos em Morfologia do mesmo tipo da linearização palavra-palavra. Também para Embick e Noyer (2007) a única

²⁸ Vou aqui servir-me da introdução, em especial das pp. 5-8 de Ramchand & Reiss (2007), uma das obras mais completas sobre as interfaces em Linguística.

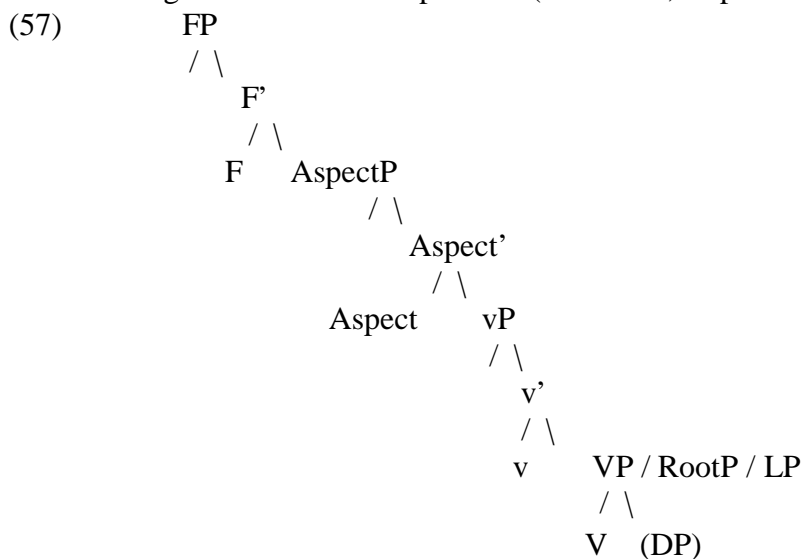
²⁹ Também Ramchand (2008) não advoga a formação de palavras em Sintaxe.

³⁰ Relativamente a nominalizações deverbais, Williams (2007) considera que *destruction* em Inglês não pode ser visto como o “spell-out” de uma raiz *destroy* no contexto de D, uma vez que o Inglês dispõe de *destroy* e *destruct*. No entanto, esta crítica não parece ser válida, uma vez que para a Morfologia Distribuída a possibilidade de alomorfa existe e precisamente um dos exemplos dados pelos seus defensores é a alomorfa entre *destruct* / *destroy* em Inglês.

componente generativa é a Sintaxe, sendo as palavras introduzidas nos nós terminais das estruturas sintáticas; no entanto, a existência de alguns contraexemplos a um *mapping* direto entre Morfologia e Sintaxe fá-los propor algumas regras pós-sintáticas, depois de “Spell-out” e prévias à inserção do vocabulário, além de regras fonológicas que podem alterar a ordem linear dos morfemas. Comentando este aspeto da teoria, Ramchand & Reiss (2007: 6) afirmam que um tal peso das operações pós-sintáticas pode sugerir que os autores estão, a construir, de uma outra maneira, uma componente morfológica.³¹

Igualmente Alexiadou, adotando o Modelo da Morfologia Distribuída, propõe que a formação de nomes e de verbos é feita em Sintaxe a partir de raízes verbais, dando muita força às categorias funcionais.

A estrutura (57) é a proposta pela autora em (2001) para dar conta tanto de uma frase como de uma nominalização; daí o nó FP e F, que não especificam ainda a natureza das categorias funcionais superiores (TP ou DP, respetivamente):³²



Crucial nesta estrutura é a presença e a natureza de “v”, a categoria funcional verbal responsável pela transitividade / intransitividade e atribuição / não atribuição de acusativo e pelos traços de eventividade; no modelo de Alexiadou, v pode também ter ou não ter traços agentivos; tudo isto é descrito no quadro (58) para diversos tipos de construções:

(58)

v transitivo	v intransitivo
--------------	----------------

³¹ Também Williams (2007) critica a forma da gramática proposta por estes autores, mostrando que ela é tudo menos económica.

³² A partir deste ponto vou seguir muito de perto o texto de Sleeman & Brito (2010a).

frases transitivas	-nominais em <i>er</i>
	passivas verbais
gerúndios verbais em	nominais do tipo
Inglês	<i>destruction</i>
	gerúndios nominais em
	Inglês

Como já referimos acima, num modelo mais recente, Alexiadou, Iordăchioia & Schäfer (2011) alteram um pouco esta proposta, de modo a incluir outras categorias funcionais na “camada” nominal (DP, NumP, ClassP, PossP) e na camada “verbal” (TP, VoiceP), de modo a tentar descrever, para além das já indicadas no esquema (58), outras categorias mistas, como os supinos e os infinitivos no Romeno, os infinitivos nominalizados em Espanhol e Italiano, o gerúndio em Alemão.

Na impossibilidade de nesta conferência analisarmos todas estas categorias mistas, vou no ponto 5. mostrar como será possível analisar em Sintaxe um tipo de nominalização deverbal, as nominalizações formadas por sufixação em *-ção*, embora aqui e ali faça menção às formadas com outros sufixos.³³

5. Uma análise das nominalizações deverbais em *-ção* de acordo com a Morfologia Distribuída

É normalmente considerado que os nomes deverbais têm estrutura argumental que herdam dos verbos correspondentes; mas as nominalizações deverbais são muitas vezes ambíguas entre uma interpretação de evento e uma interpretação de resultado; veja-se (59) e (60), ambas derivadas do V *traduzir*:

- (59) A tradução do livro (pelo João) demorou dois anos. (evento)
 (60) A tradução do João foi recentemente publicada na revista. (resultado)

Esta ambiguidade de interpretação das nominalizações deverbais foi notada por diversos autores; no entanto, foi Grimshaw (1990) que, pela primeira vez, que eu saiba, relacionou a interpretação aspectual das nominalizações deverbais com a estrutura argumental; assim, a autora propõe que:

- os nomes deverbais que denotam um evento complexo tomam argumentos obrigatoriamente;

³³ Para uma extensa e bem fundamentada análise das nominalizações em Português no quadro da *Arquitetura Paralela* de Jackendoff ver Rodrigues (2006), que põe a tónica no papel das estruturas lexicais conceptuais, associadas quer às bases verbais quer aos sufixos nominalizadores.

- os nomes com interpretação resultativa são iguais aos nomes de objeto ou de entidade ao não selecionarem argumentos.

Esta visão, embora aceite por muitos linguistas, não está, no entanto, isenta de problemas. Como mostrou Picallo (1991) para o Catalão, os nomes de resultado podem selecionar argumentos, como mostra o exemplo (62):

- (61) La discussió de les dades va durar tot el dia. (evento)
 (62) La discussió de les dades es va a publicar a la revista. (resultado)

Estamos a ver que uma mesma nominalização deverbal seguida do(s) seu(s) argumento(s) pode ter uma interpretação eventiva ou resultativa de acordo com certos elementos contextuais; ver ainda (63) e (64):

- (63) O desaparecimento do João durou apenas umas horas. (evento)
 (64) O desaparecimento do João afligiu-nos muito. (resultado)

Outro problema do tratamento de Grimshaw relaciona-se com o facto de os nomes de evento não exibirem necessariamente argumentos internos:

- (65) A destruição durou dez dias. (evento)

Além disso, há nomes de evento que não selecionam qualquer argumento (*guerra, viagem, catástrofe, corrida, evento*) (66):

- (66) A corrida teve lugar às 6h.

Grimshaw diria que em (66) estamos perante eventos simples e não eventos complexos, que é a sua terminologia para processos culminados; na realidade, os processos culminados têm, para a autora, uma estrutura de evento como aquela já descrita em (24) e que aqui repetimos como (67):

- (67) evento (complexo)
 / \
 atividade / processo estado / resultado

Algumas limitações deste modelo levaram Picallo (1991) a propor para o Catalão que as nominalizações resultativas, que mais se aproximam de nomes de

entidade, derivam de um processo lexical (i.e. são construídas no Léxico), enquanto as nominalizações eventivas são construídas na Sintaxe, uma proposta que abriu definitivamente a porta a uma visão sintaticista das nominalizações deverbais.

Mas Grimshaw não se limitou a relacionar a estrutura de evento com a estrutura argumental, tendo apontado uma série de outras propriedades de ambos os tipos de nominalização: os nomes de evento não pluralizam, ao contrário dos de resultado, os nomes de evento não admitem o indefinido nem o demonstrativo, ao contrário dos de resultado.³⁴

Ora, alguns problemas se colocam a este tratamento, problemas notados por diversos autores para diferentes línguas:

(i) Ao contrário do preconizado por Grimshaw, certos nomes de evento que denotam processo podem pluralizar, como em (68), (69) e (70), embora não seja esta a situação mais esperada.³⁵

(68) Die Besteigungen der beiden Gipfel dauerten 6 Wochen. (Bierwisch 1989)

as escaladas / subidas dos dois montes duraram 6 semanas

(69) Tijdens de martelingen van de politieke gevangenen door de zwarte brigades moesten alle journalisten het gebouw uit. (van Hout 1991, p. 75)

durante as torturas dos prisioneiros políticos pelas brigadas negras todos os jornalistas tiveram que sair do edifício

(70) Os jornalistas estavam a assistir a várias destruições de pontes, quando chegaram as tropas. (Brito & Oliveira 1997)

(ii) Em certas circunstâncias contextuais os nomes de processo podem ser precedidas por um determinante indefinido ou um demonstrativo, adquirindo então um efeito contrastivo (71) e (72):

(71) Os jornalistas estavam a assistir a uma destruição da ponte, quando a bomba caiu. (Brito & Oliveira 1997)

(72) Os jornalistas estavam a assistir a essa destruição da ponte, quando a bomba caiu. (Brito & Oliveira 1997)

(iii) Em relação à forma dos chamados argumentos externo e interno das nominalizações eventivas derivadas de Vs transitivos, quer nas línguas românicas quer

³⁴ Grimshaw (1990: 49-51).

³⁵ Vários autores têm proposto a aproximação entre nominalização deverbal eventiva, atelicidade e nome massivo; e entre nome de resultado, telicidade e nome contável (ver, entre outros, Alexiadou *et al.* 2011).

em muitas outras línguas, o agente é geralmente expresso por um sintagma em *por*, o *by*-phrase, (daí a designação frequente de passivas nominais / nominais passivos) (73), enquanto o argumento tema é geralmente expresso por um genitivo em *de*, *of*:

(73) La destruction de la ville par les soldats eut lieu en 1750. (evento)

Com nomes de resultado podem ser empregues dois genitivos, como em (74) e (75):

(74) La présentation de livres de ce journaliste est toujours raffinée. (Alexiadou 2001, p. 14)

(75) La présentation du livre de ce journaliste a été bien intéressante.

Van Hout (1991), para o Neerlandês, mostra que certas nominalizações que têm uma interpretação de evento podem ter uma interpretação contável e podem combinar-se com um genitivo:

(76) Ik heb alle uitvoeringen van Youri Egorov van het Schumann-programma bijgewoond. (evento)

Eu assisti a todas as execuções / performances de Youri Egorov do programa de Schumann.

Ou em Português:

(77) A tradução da Odisseia de Frederico Lourenço durou muitos anos. (evento)

Repare-se que estamos aqui na presença de nomes como *representação*, *performance*, *execução*, *tradução*, que apesar de denotarem processos, podem pluralizar, o agente pode ser introduzido por *de* / *van* e o tema não é obrigatório, como em (78) (Van Hout 1991):³⁶

(78) Ik heb alle uitvoeringen (van Jouri Egorov) (van het Schumann-programma) bijgewoond.

Eu assisti a todas as execuções / performances (de Youri Egorov) (do programa de Schumann).

³⁶ Sobre este assunto ver Sleeman & Brito (2010b: 203).

Em certos contextos, mesmo os nomes de resultado podem ser combinados com um *by phrase* a exprimir o agente (79) e podem ser usados em construções de controlo (80), diferentemente dos nomes que designam objetos concretos (81) (Brito & Oliveira 1997):

(79) A análise do texto pelo aluno enriqueceu o conhecimento dos colegas (resultado)

(80) A construção do campo de jogos para entreter as crianças trouxe benefícios para a comunidade. (resultado)

(81) *A construção do campo de jogos para entreter as crianças é de boa qualidade. (objeto concreto).

Quer dizer:

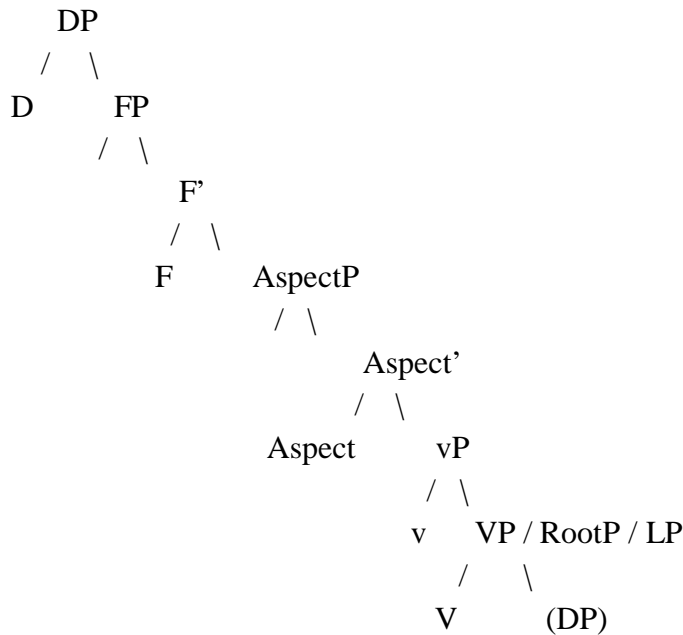
- Os nomes de evento nem sempre tomam argumentos;
- Os nomes de evento podem pluralizar em certas circunstâncias e podem combinar-se com artigo indefinido ou com um demonstrativo contrastivo;
- Certos nomes que estão “a meio caminho” entre evento e resultado, como *representação*, *execução*, *tradução*, além de se combinarem com um sintagma em *por*, podem em certas circunstâncias combinar-se com um sintagma em *de* para exprimir o agente, o executante;
- Os nomes de resultado podem selecionar argumentos;
- Os nomes de resultado podem em certas circunstâncias combinar-se com um sintagma de *por* e podem ser usados numa construção de controlo, o que mostra que estes nomes representam de certo modo uma dimensão eventiva, distinguindo-se, portanto, dos nomes que denotam entidades ou objetos.

Tudo isto mostra que a distinção entre nomes de evento (nomeadamente os derivados de Vs que em geral são de processo culminado) e nomes de resultado não é assim tão clara como é proposto nalguma bibliografia, que é necessário distinguir claramente entre resultado, culminação ou estado resultante de um evento e a entidade / objeto resultante e que a relação entre estrutura argumental e a estrutura de evento nas nominalizações deverbais não é tão forte como Grimshaw (1990) e outros autores propuseram.

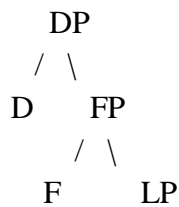
No modelo desenvolvido por Alexiadou (2001), os nomes de evento e os nomes de resultado podem ter ambos argumentos porque a sua raiz verbal assim o permite; mas a estrutura funcional dos dois tipos de nominalização é para esta autora completamente distinta; assim, os nomes de evento são dominados por categorias funcionais verbais *vP* e *AspP*, enquanto os nomes de resultado não contêm nenhuma destas categorias, e isto porque Alexiadou, tal como Grimshaw, continua a identificar resultado e entidade.

Em (82) e (83) descreve-se a estrutura sintática para os dois tipos de nomes, segundo Alexiadou (2001).

(82) Nominalizações de evento



(83) Nominalizações de resultado



Distanciando-se parcialmente deste tipo de abordagem, tanto Brito e Oliveira (1997), como Sleeman & Brito (2010a, b), consideram que o resultado ou estado resultante de um processo é ainda a expressão de uma fase de uma qualquer eventualidade, distinta portanto de um objeto ou entidade; desse modo, uma nominalização de resultado pode ainda ter a estrutura sintática como em (82) e não como em (83), desde que certos traços a distingam de uma nominalização de evento.

Assim, parecem poder dar-se várias situações:

I - Em (59), (61), (68), (69), (70), (71), (72) (73), a raiz lexical tem dois argumentos, um argumento em *de / of / genitivo* e um opcional representando o agente, o *por / by phrase*; tal raiz é dominada por categorias verbais (pelo menos vP, AsP) e por categorias nominais NUMP e DP: *v* é agentivo e eventivo, ocupando o *by phrase*,

quando existente, a posição de esp de vP.³⁷ Nestes exemplos AspP pode estar presente na estrutura com traços de [-resultado] (i.e. +processo). Além disso, NumP pode ser singular, como em (61), (71), (72), (73), (77) ou plural como em (68), (69), (70), (76).

II - Para dar conta de que a leitura resultativa pode ainda ser agentiva, como vimos a propósito de (79) e (80), considerámos que Asp pode conter o traço [+resultado] mas v ser [+agentivo];

III - Temos ainda os exemplos em que, apesar de haver agente, este é expresso por um genitivo: é o caso dos exemplos com nomes como *tradução*, *representação*, *execução*; aqui v é deficiente em relação à agentividade e Asp é marcado como [-resultado] (i.e. + processo) em (59), (76) e (77)³⁸ e como [+ resultado] em (60). Neste caso, como aqui não há forçosamente agentividade, qualquer verbo inacusativo pode dar lugar a nominalizações, quer de processo quer de resultado, como nos exemplos (63) e (64).

IV - Finalmente, o último valor encontra-se nos nomes de objeto / entidade, como em (60), (62), sem vP nem AspP.

Os valores encontrados estão sintetizados no quadro (84):³⁹

(84)

	Aspecto [- resultado]	Aspecto [+ resultado]
vP [+ agentivo]	Nomes de processo com um sintagma- <i>por</i>	Nomes de resultado com um sintagma- <i>por</i>
vP [- agentivo]	Nomes de processo que admitem dois genitivos em <i>de</i> Nomes de processo inacusativos	Nomes de resultado com dois genitivos em <i>de</i> Nomes de resultado inacusativos
Não há vP, não há AspP	Nomes de objeto / entidade	

Em síntese, é possível um tratamento sintático das nominalizações deverbais, apesar de me ter distanciado em alguns detalhes do modelo de Alexiadou (2001), no sentido em que a diferença entre nomes de processo e nomes de resultado não impede a projeção dos argumentos. Além disso, os diferentes tipos de nomes deverbais não são

³⁷ Como vimos acima, Alexiadou *et al.* (2011) propõem uma estrutura tripartida da sintaxe verbal, com VoiceP, vP e VP / RootP, para Vs de 2/ 3 argumentos. Nesse modelo, diríamos que o *by phrase* ocupa a posição de esp de VoiceP em vez de esp de vP e que o movimento do V para T daria conta da posição pós-verbal desse sintagma.

³⁸ No modelo de Alexiadou *et al.* (2011) não haveria o nó VoiceP.

³⁹ Sleeman & Brito (2010a: 128).

tão diferentes como tantas vezes é assumido em relação à escolha da pluralidade / singularidade e em relação à escolha dos determinantes.

Também o traço de agentividade tem na análise apresentada um papel fundamental, maior do que no tratamento de Alexiadou. Assim, embora alguns nomes de resultado sejam semelhantes a nomes de objeto ou de entidade pelo facto de não terem estrutura argumental, outros nomes de resultado assemelham-se a nomes de processo no sentido de que têm uma leitura que pode ser ainda considerada a fase final do evento, embora uns sejam agentivos e outros sejam não agentivos, associados a diferenças de projeção dos argumentos.

Se diferentes valores das nominalizações podem ser distinguidos na base dos traços agentivo / não agentivo, processo / resultado / entidade ou indivíduo, esperamos que tais valores tenham consequências morfológicas. Uma das consequências destas distinções está relacionada com a escolha dos sufixos. Em diversas línguas, como o Português, há sufixos de evento e sufixos de entidade, mas a situação torna-se complexa porque há mais do que um sufixo de evento e mais do que um sufixo de entidade e um mesmo V transitivo pode associar-se a sufixos distintos (Rodrigues 2006: 429-464).⁴⁰ Como mostra esta autora, *-ção* and *-mento* podem ambos associar-se a uma mesma base verbal, mas tal pode dar origem a diferenças subtis: segundo Rodrigues, *-ção* é tendencialmente a expressão de um processo temporalmente “mais uno” (p. 440), como em (85):

(85) Os crentes esperam a sua *salvação* depois da morte.

Por sua vez, *-mento* é tendencialmente a expressão de um processo temporalmente “mais disperso”, como em (86) (p. 440):

(86) As autoridades tornaram possível o *salvamento*.

Perante isto, Rodrigues considera que os sufixos que criam nominalizações deverbais mostram “capacidades de fina intervenção situáveis em esferas do léxico de carácter semântico” e, por esta razão, “a genolexia não se situa na sintaxe” (ver, em particular, p. 492).

Numa linha sintaticista de formação de palavras a explicação para a escolha de diferentes sufixos deverá ser distinta, pois os sufixos são considerados o *spell-out* de informações sintáticas e semânticas de vários tipos, previstas na estrutura. Para Fábregas (2010), para o Espanhol, a escolha de diferentes sufixos de evento, por

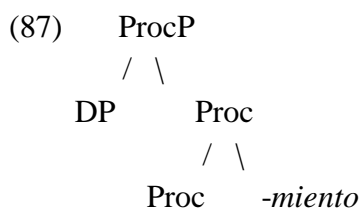
⁴⁰ Na sua dissertação, Rodrigues (2006) analisa os seguintes sufixos de evento: *-agem, -aria, -ão, ção, -mento, -dura, -nça, -nço, -ancia*. Por sua vez, analisa os seguintes sufixos de indivíduo: *-dor, -dora, -deiro, -deira, -douro, -doura, -tório, -ório, ória / -tória, -nte, -vel, -al, -ão*.

exemplo *-miento*, *-do/-da* e *-ción* tem uma explicação sintática e semântica, relacionada com a estrutura argumental dos verbos, mais do que com a telicidade / não telicidade *per se* da base verbal, embora a presença do afixo possa influenciar em determinadas propriedades da estrutura aspetual do V. Assim, por exemplo, *recoger* é um V télico, tem duas nominalizações, *recogimiento* e *recogida*, sem alteração nas propriedades aspetuais, embora com mudanças noutros comportamentos. Fábregas mostra que os Vs de mudança de estado como *pelar*, *broncear*, *bordar*, que têm temas incrementais (no modelo de Ramchand (2008) trajetórias remáticas), têm nominalizações em *-do*: *pelado* / **pelamiento*; *bronceado* / **bronceamento*, *bordado* / **bordamiento*.

Vs de mudança de estado que não selecionam uma trajetória remática e que requerem como objeto um “undergoer” (cf. de novo Ramchand 2008), como *ocultar*, *procesar*, *recibir*, *someter*, *silenciar*, etc. têm nominalizações em *-miento* e não em *-do/-da*: *ocultamiento* / **ocultado*; *procesamiento* / **processado*; *recebimento* / **recebido*; *sometimiento* / **sometido*; *silenciamiento* / **silenciado*.

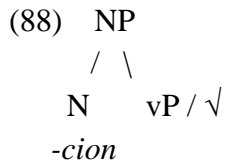
Esta hipótese tem predições interessantes: os Vs psicológicos que têm argumentos “undergoer” (experienciador) têm nominalizações em *-miento* (*sentimiento*, *reconocimiento*, etc). Os de movimento de direção induzida que denotam o movimento que foi causado a um objeto (“undergoer”) comportam-se do mesmo modo: *desplazamiento*, *movimiento*, *deslizamiento*. Pelo contrário, os Vs de movimento que descrevem direção inerente e que introduzem uma trajetória, como *llegar*, *ir*, *vir*, *caer* têm nominalizações em *-do / -da*: *llegada*, *ida*, *venida*, *caída*.

Propondo uma análise sintática, Fábregas propõe que, em Espanhol, *-miento* (*deslizamiento*, *mantenimiento*, *recibimiento*), seria um afixo gerado numa posição de complemento de uma categoria funcional verbal, que no modelo de Ramchand é Proc, requerendo a presença de uma base verbal, isto é, não podendo tomar uma simples raiz, e sendo, como vimos, sensível à presença de um “undergoer” (cf. pp. 79-82):



Já *-cion* (em *manutención*, *recepción*, mas também *coloración*, *posición*, *dirección* *tradición*, e mesmo *función*, *relación*, *reacción*, etc.) é um afixo cujas propriedades nominais são introduzidas independentemente da estrutura verbal e não é sensível à estrutura argumental da raiz; assim, Fábregas propõe que *-cion* é o *spell-out*

de N numa estrutura que seleciona a estrutura verbal, como descrito em (88), para exemplos como *manutención, recepción* (cf. p. 83):⁴¹



Neste texto apenas me referi a *-ção* como sufixo nominal que se associa a uma base verbal; Fábregas não deixa de ter razão ao mostrar que esta forma é muito mais do que isso, pois vamos encontra-lo em palavras que têm outras bases. Deixo em aberto a questão dos sufixos, embora tenha consciência da sua importância para o entendimento da formação de palavras e das nominalizações deverbais, em particular.

6. Uma síntese possível e muitas questões em aberto

Nesta conferência coloquei a questão da divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe, a partir da discussão de três temas: o tipo de informação lexical dos predicadores que é relevante para a Sintaxe, a problemática das expressões idiomáticas e a formação de palavras, em particular de um tipo de derivação exocêntrica, as nominalizações deverbais.

Numa primeira parte, a partir da análise de alguns fenómenos verbais, discuti que tipo de informação lexical é relevante para a Sintaxe: a estrutura temática, a estrutura de evento, de *Aktionsart* ou de aspeto lexical, ou as estruturas conceptuais. Vimos que um modelo exclusivamente baseado na estrutura de evento não parece ser adequado, pela excessiva dependência entre categorias aspetuais e a realização da estrutura argumental. Quanto às relações temáticas, elas parecem não ser primitivas, sendo deduzíveis em grande parte das posições de especificador e de complemento das categorias funcionais. O papel da estrutura funcional é determinante e por isso é à Sintaxe que cabe dar conta do número e forma como os argumentos dos predicados verbais se realizam e como, de outros fatores, como os adverbiais de localização temporal, durativos ou de medida de tempo e o tempo verbal, se explicam certos efeitos de sentido que evidenciam a natureza composicional do significado frásico. Embora a proposta de modelos distintos nesta área seja grande, sugeri que os fenómenos de alternância verbal não alteram o significado lexical dos itens envolvidos e que cabe à estrutura funcional sintática, constituída por nós funcionais do tipo AsP, vP e VP (pelo menos), dar conta das alternâncias; levando ao extremo esta conceção, o Léxico como

⁴¹ Por limites de espaço não vamos aqui desenvolver os detalhes mais técnicos da análise de Fábregas, em particular não apresentaremos aqui a explicação do autor sobre *-do/-da*; ver as pp. 83-86.

lugar da gramática em que estão especificadas as estruturas argumentais pode não ter razão de existir. Mas essa ideia levanta dois problemas fundamentais, o das expressões idiomáticas e a formação de palavras.

Quanto às expressões idiomáticas, elas apresentam idiosincrasias difíceis de explicar apenas por regras da Sintaxe, advogando a favor da sua inserção no Léxico, como objetos linguísticos. Porém, alguns fenómenos apontam para efeitos de condições de localidade e de composicionalidade a nível do aspeto, favorecendo um tratamento pós-sintático, numa lista chamada Enciclopédia, de forma a captar a lista dos significados especiais, como defende a Morfologia Distribuída.

Quanto à formação de palavras, vimos que há duas grandes posições: uma que propõe que a formação de palavras se dá em Sintaxe, outra que continua a defender a separação da Morfologia e da Sintaxe, numa abordagem lexicalista. Neste texto pronunciei-me sobre nominalizações deverbais em *-ção* e propus a sua formação em Sintaxe. Desenvolvi uma análise de nominalizações deverbais derivadas de Vs transitivos; apesar de os modelos desenvolvidos por Grimshaw (1990), um modelo lexicalista, e o de Alexiadou (2001), um modelo sintaticista, constituírem pontos de partida incontornáveis para a análise deste fenómeno, algumas alterações devem ser introduzidas, de modo a captar combinações por vezes ignoradas na bibliografia sobre este fenómeno.

Ficam muitas perguntas por responder, pois dificilmente um só modelo teórico parece atualmente ser capaz de captar a intrincada relação entre o significado lexical e a estrutura, as expressões idiomáticas, assim como a variação exibida nas várias línguas do mundo quanto à estrutura interna das palavras.

Referências

- Ackema, P. & Neeleman, A. (2007) Morphology ≠ Syntax. In Ramchand, G. & Reiss, C. (2007) (orgs.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp 325-352.
- Alexiadou, A. (2001) *Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity*, Amsterdam: John Benjamins.
- Alexiadou, A. (2006) On the morphosyntax of (anti-)causative verbs, disponível em <http://ealing.cognition.ens.fr/ealing2006/handouts/alexiadou1.pdf>
- Alexiadou, A., Iordăchioaia, G. & Schäfer, F. (2011) *Scaling the Variation in Romance and Germanic Nominalizations*. In Sleeman, Petra & Harry Perridon (eds.) (2009) *The Noun Phrase in Romance and Germanic: structure, variation and change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 25-40.
- Arad, M. (1996) A minimalist view of the syntax-lexical semantics interface. *UCL Working Papers in Linguistics* 8.

- Baker, M. (1988) *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Baker, M. (1996) *The Polysynthesis Parameter*. New York: Oxford University Press.
- Bierwisch, M. (1989) Event nominalizations: Proposals and problems. *Grammatische Studien* 194. Berlin: Akademie der Wissenschaften der DDR, pp. 1-73.
- Borer, H. (1994) The Projection of arguments. In Benedicto, E. and J. Runner (orgs.) *Functional projections. University of Massachusetts Occasional Papers*, 17, Umass, Amherst, pp. 19-47.
- Borer, H. (2005) *Structuring sense*. Oxford: Oxford University Press.
- Bosque, I. & Gutierrez-Rexach (2009) *Fundamentos de Sintaxis Formal*, Madrid: Akal.
- Brito, A. M. (1998) A relação Semântica Lexical-Sintaxe na Gramática Generativa: um breve balanço a propósito do aspecto e da estrutura argumental de alguns tipos de verbos, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série Línguas e Literaturas*, Vol. XV, pp. 377-420; com Errata no nº XVI, 1999.
- Brito, A.M. (2009) Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constitutivista. In Fiéis, A. & Coutinho, A. (orgs.) *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 141-159.
- Brito, A. & Oliveira, F. (1997) Nominalization, Aspect and Argument Structure. In Matos, G., Miguel, I. Duarte & I. Faria (orgs.) *Interfaces in Linguistic Theory*, Lisboa: Ed. Colibri / A. P. L., pp. 57-80.
- Chierchia, G. (2004) A Semantic for Unaccusatives and its Syntactic Consequences. In Alexiadou, A., E. Anagnostopoulou & M. Everaert (orgs.) *The Unaccusativity Puzzle: Explorations of the Syntax-Lexicon Interface*, Oxford: Oxford University Press, pp. 22-59.
- Chomsky, N. (1957) *Syntactic Structures*, The Hague: Mouton.
- Chomsky, N. (1970) Remarks on nominalization. In R. Jacobs & P. Rosenbaum (orgs.), *Readings in English Transformational Grammar*, Washington, D.C.: Georgetown University Press, pp. 184-221.
- Chomsky, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht: Foris Publications.
- Chomsky, N. (1982) *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, N. (1986) *Knowledge of Language*. New York: Prager.
- Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Di Sciullo, A.M. & Williams, E. (1987) *On the definition of word*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Dowty, D. R. (1990) Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, 67, pp. 547-619.

- Duarte, I. (1998) Construções causativas de alternância locativa. *Veredas, Revista da U. F. de Juiz de Fora*, Brasil, 2, pp. 91-101.
- Duarte, I. & Brito, A.M. (2003) Predicação e classes de predicadores verbais. In Mateus, M. H. *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed.. Lisboa: Caminho, pp. 179-203.
- Duguine, M., Huidobro, S. & Madariaga, N. (2010) Argument structure and syntactic relations. In Duguine, M., Huidobro, S. & Madariaga, N. (orgs.) *Argument structure and syntactic relations*. Amsterdam, John Benjamins, 1-9.
- Embick, D. & Noyer, R. (2007) Distributed Morphology and the Syntax-Morphology Interface, In Ramchand, G. & Reiss, C. (2007) (orgs.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 289-324.
- Fábregas, A. (2010) A syntactic account of affix rivalry in Spanish nominalization. In Alexiadou, A. & M. Rathert (orgs.), *The Syntax of Nominalizations across Languages and Frameworks*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 67-91.
- Fillmore, C. (1968) The case for case. In Bach, E. & Harms, R. (orgs.) *Universals in Linguistics Theory*, New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Grimshaw, J. (1979) Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry* 10, pp. 279-326.
- Grimshaw, J. (1990) *Argument Structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Gruber, J. (1965) *Studies in Lexical Relations*, Diss. de PhD., MIT (não publicada).
- Hale, K. & Keyser, S. J. (1993) On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Hale, K. & Keyser, S. J. (orgs.) *The View from Building 20. Essays in Linguistics in Honour of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. 53-109.
- Hale, K. & Keyser, S. J. (2002) *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Halle, M. & Marantz, A. (1993) Distributed Morphology and the pieces of inflection. In Hale, K. & S. J. Keyser (orgs.) *The view from building 20: Essays in Linguistics in honour of Sylvain Bromberger*, Cambridge, Mass.: The MIT Press, pp. 111-176.
- Harley, H. (1995) *Subjects, events and licensing*, PhD. Dissertation, MIT.
- Huang, C.-T. James (1997) On Lexical Structure and Syntactic Projection. *Chinese Languages and Linguistics 3: Morphology and Lexicon*, pp. 45-89.
- Jackendoff, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Jackendoff, R. (1983) *Semantics and Cognition*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Jackendoff, R. (1996) *The architecture of the Language Faculty*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Julien, M. (2007) On the relation between Morphology and Syntax. In Ramchand, G. & Reiss, C. (2007) (orgs.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, Oxford: Oxford University Press, pp. 209-238.

- Kayne, R. (1988) Romance se / si, *GLOW Newsletter*, 20.
- Kennedy, C & Levin, B. (2008) Measure of change. The adjectival core of degree achievements. In McNally, L & Kennedy, C. (orgs.) *Adjectives and Adverbs: Syntax, Semantics and Discourse*, Oxford: Oxford University Press, pp. 156-182.
- Kratzer, A. (1996) Severing the external argument from the verb. In Rooryck, J. & Zaring, I. (orgs.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer, pp. 109-37.
- Larson, R. (1988) On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19, pp. 335-392.
- Leal, A. & Oliveira, F. (2008) Subtipos de verbos de movimento e classes aspectuais. In *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Évora, pp. 287-298.
- Leal, A. (2010) Recensão crítica de Kennedy, C & Levin, B. (2008) Measure of change. The adjectival core of degree achievements. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. 6 (1), pp. 235-9.
- Lees, R. (1960) *The grammar of English nominalizations*, The Hague: Mouton.
- Levin, B. & Rappaport Hovav, T. (1988) What to do with theta-roles? In Wilkins, W. (org.) *Syntax and Semantics. Thematic Relations*, San Diego, New York: Academic Press, pp. 7-36.
- Maia, L. (1996) *Verbos de alternância locativa em Português*, Diss. de Mestrado, FLUP.
- Marantz, Alec. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Marantz, A. (1993) Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In Mchombo, S. A. (org.) *Theoretical aspects of Bantu Grammar*, vol. 1. Stanford: CSLI Publications, pp. 113-150.
- Marantz, A. (1998) No escape from Syntax: Don't try a morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In A. Dimitriadis *et al.* (orgs.) *U Penn WPL* 4, pp. 201-225.
- McGinnis (2002) On the Systematic Aspect of Idioms, acessível em <http://people.ucalgary.ca/~mcginnis/papers/Idioms.pdf>
- Perlmutter, D. (1978) Impersonal passives and the unaccusative hypothesis, *Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 4, pp. 157-189.
- Pesetsky, D. (1982) *Path and Categories*, Doctoral dissertation, MIT.
- Pesetsky, D. (1995) *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge Mass. MIT Press.
- Picallo, C. (1991) "Nominals and nominalizations in Catalan", *Probus*, 3, 279-316.
- Pustejovsky, J. (1991) The syntax of event structure. *Cognition*, 41, 47-81.
- Pustejovsky, J. (1995) *The Generative Lexicon*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.

- Ramchand, G. (2002) *First phase syntax*, acessível em <http://www.hum.uit.no/a/ramchand/rdownloads/antilex.pdf>
- Ramchand, G. (2008) *Verb Meaning and the Lexicon: a first phase syntax*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Reinhart, T. & Siloni, T. (2003) Thematic Arity Operations and Parametric Variations, *OTS Working papers in Linguistics*. TL-03-001
- Reinhart, T. (2000) *The theta system: syntactic realization of verbal concepts*, Utrecht: UiL OTS Working Papers.
- Rodrigues, A. (2006) *Formação de substantivos deverbais sufixados em Português*, Diss. de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.
- Ruwet, Nicolas (1991) On the Use and Abuse of Idioms. In *Syntax and Human Experience*, J. Goldsmith (trad.), Chicago: University of Chicago Press, pp. 171-251.
- Sleeman, P. & Brito, A. (2010a) Nominalization, Event, Aspect, and Argument Structure: a Syntactic approach. In Duguine, M., Huidobro, S. & Madariaga, N. (orgs.) *Argument Structure from a Crosslinguistic Perspective*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 113-129.
- Sleeman, P. & Brito, A. (2010b) Aspect and argument structure of deverbal nominalizations: a split vP analysis. In A. Alexiadou & M. Rathert (orgs.), *The Syntax of Nominalizations across Languages and Frameworks*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 199-218.
- Sportiche, D. (1988) A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, 19, pp. 425-449.
- Svenonius, P. (2007) 1...3-2. In Ramchand, G. & Reiss, C. (2007) (orgs.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp. 239-288.
- Talmy, (1972) *Semantic Structures in English and Atsugewi*, PhD. Dissertation, University of California at Berkeley.
- Tenny, C. (1994) *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Van Hout, A. (1991) Deverbal nominalization, object versus event denoting nominals: implications for argument and event structure, *Linguistics in the Netherlands* 8, pp. 71-80.
- Vendler, Z. (1967) *Linguistics and Philosophy*, Ithaca: Cornell University Press.
- Villalva, A. (2003) Formação de palavras: a composição. In Mateus *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 969-983.
- Williams, E. (1980) Predication, *Linguistic Inquiry*, 11, pp. 203-328.
- Williams, E. (2007) Dumping Lexicalism. In Ramchand, G. & Reiss, C. (2007) (orgs.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp. 353-381.